



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ERLANI RAQUEL DA CRUZ FAVACHO

**A PERSPECTIVA DO ELEITOR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA
CAPIBERIBE NA ELEIÇÃO DE 2010**

Macapá- AP

2013

ERLANI RAQUEL DA CRUZ FAVACHO

**A PERSPECTIVA DO ELEITOR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA
CAPIBERIBE NA ELEIÇÃO DE 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá para a obtenção do Título de Licenciado Pleno e Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador (a): Prof^ª. Dr^ª. Eliane Superti

Macapá- AP

2013

ERLANI RAQUEL DA CRUZ FAVACHO

**A PERSPECTIVA DO ELEITOR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA
CAPIBERIBE NA ELEIÇÃO DE 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá para a obtenção do Título de Licenciado Pleno e Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador (a):

Prof.^a Dr.^a Eliane Superti

Assinatura: _____ Julgamento: _____

Membros da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ed Carlos Guimarães

Assinatura: _____ Julgamento: _____

Prof.^a Msc. Fátima Lúcia Carrera Guedes

Assinatura: _____ Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Após tantos desafios enfrentados neste percurso, momentos nos quais estive prestes a desistir desta pesquisa, agradecer às pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho é a parte mais confortante, porque significa que eu consegui concluir o tão “temido” e esperado Trabalho de Conclusão de Curso. Gostaria de dividir a minha felicidade por este momento, e expressar a minha gratidão com as melhores palavras, pois, este é um dos sonhos mais sonhados da minha vida. E dividir com as pessoas que presenciaram, esperaram, torceram para que tudo desse certo, sem sombra de dúvidas é indescritível. Então vamos aos nomes.

Gostaria de iniciar agradecendo à minha orientadora, professora Eliane Superti, pois, com a sua ajuda, consegui transformar aquele “emaranhado de ideias” em um trabalho executável e possível. Mais do que isso, gostaria de expressar a admiração, respeito e honra por ter recebido suas orientações (cada encontro era uma verdadeira aula). Obrigada pela paciência, gentileza, e por acreditar no meu trabalho.

Agradeço aos meus queridos e inesquecíveis colegas de curso, minha turma incrível (2008), a mais divertida de todas, com vocês esses anos foram os melhores. Obrigada Tadeu, Luiz, Débora, Juliana, Almir, Walber, Marcia, Joelson, Izael, Anderson, Geovane, Gêssica, Leiliane, Isabela, Luilson, Narjara, Andréia, Sâmia e todos os demais. Lembrarei com saudade de todos os momentos vividos, as viagens, as festas, o bate-papo na cantina, as conversas no corredor do bloco C. Guardarei esta fase como umas das mais alegres que vivi.

Agradeço imensamente aos meus professores da Unifap, Antônio Filocreão, José Maria, Rauliette Diana, Raimundo Brito, Ed Carlos, Manoel Pinto, Fátima Guedes, Luciano Magnus, Richard Leão por todo o aprendizado e conhecimento adquirido nesta trajetória acadêmica.

Dedico este trabalho aos meus irmãos, Evandro, Cristina e Deuza Favacho (minha parceira, amiga), minha amada família. É por vocês que busco ser forte e perseverante a cada dia. À minha melhor amiga Samara Favacho, não tenho palavras para agradecer tudo o que você já fez e continua fazendo por mim. Obrigada pelo apoio, por estar sempre presente nos principais momentos da minha vida, afinal sou sua “amiga/prima/afilhada”. Enfim, te agradeço por representar a verdadeira amizade.

À minha prima maravilhosa Edivani Favacho, por ser tão generosa, companheira e por sempre me ajudar. À Minha querida tia Selma Rodrigues por ter sempre palavras de otimismo e carinho ao me receber em sua casa. Às minhas primas, Maricelma, Érica e Marivane

Favacho pelas conversas sobre questões acadêmicas e ajuda na finalização deste trabalho. Vocês são demais meninas.

À minha mãe Deuza Rodrigues por representar o aconchego nos momentos de turbulência. Por acreditar e torcer por mim. Meus agradecimentos não são suficientes para expressar a felicidade que toma meu coração nesse momento. Obrigada por compartilharem desta realização. Amo imensamente vocês.

Para Ernani Lopes Favacho

Meu amado pai, que partiu desta vida prematuramente sem ver meu sonho se realizar. Por tudo que me ensinou, pela confiança que tinha em mim, e por ter sonhado este momento antes de sua partida. A quem ofereço toda a minha gratidão e amor, que serão eternos.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	UMA BREVE INCURSÃO PELA HISTÓRIA POLÍTICA DO AMAPÁ	14
2.1	Amapá: de Território Federal a consolidação como Estado	14
2.1.1	Governo Janarista	16
2.1.2	Governo Barcellos	18
3	A TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS CAPIBERIBES	21
3.1	Da luta contra a ditadura a consagração política no Amapá.....	21
3.2	A relação entre parentesco e poder político: Como classificar a Família Capiberibe?	26
3.3	A cultura política e o perfil do eleitorado amapaense.....	31
4	ELEIÇÕES 2010 E SEUS DESDOBRAMENTOS	37
4.1	O processo eleitoral em 2010: a dinâmica de uma eleição história no Amapá.....	37
5	A PERSPECTIVA DO ELEITORADO DO BAIRRO PERPÉTUO SOCORRO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA CAPIBERIBE NAS ELEIÇÕES 2010.....	42
5.1	Sobre os dados socioeconômicos dos consultados na pesquisa.....	43
5.2	Sobre a perspectiva do eleitorado a cerca da participação dos Capiberibe na eleição 2010	46
5.3	Conclusões sobre a pesquisa	54
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
	APÊNDICE: Formulário de pesquisa: dados socioeconômicos	61

RESUMO

A política brasileira foi historicamente marcada pela presença de elites familiares conservadoras que detinham e controlavam o poder. Essa relação entre famílias e o poder faz parte dos elementos que caracterizam o patrimonialismo e o coronelismo brasileiro. No Amapá esta realidade não fugiu a regra, e faz parte de nossa cultura política. A presença de famílias tradicionais disputando as eleições é fenômeno político conhecido na história amapaense. É sobre esta realidade que nosso estudo se debruçou, buscando analisar a percepção dos eleitores sobre a participação da Família Capiberibe nas eleições de 2010. A questão norteadora deste trabalho foi: “Como os eleitores observam e avaliam a participação da Família Capiberibe nas Eleições de 2010?”. O objetivo deste trabalho foi construir um panorama demonstrativo sobre uma tendência popular através da compreensão da perspectiva do eleitor. Para atingir este objetivo, o estudo utilizou instrumentos da pesquisa bibliográfica e do trabalho de campo, a partir da aplicação de questionários no bairro Perpétuo Socorro. Através deste estudo foi possível concluir que os eleitores observam e avaliam a participação da Família Capiberibe nas eleições de 2010 de forma relativamente negativa, motivados pelas circunstâncias políticas e sem acreditar nos candidatos em que votaram. A relevância deste trabalho reside na produção de um estudo voltado para a interpretação da perspectiva do eleitor, relacionando a conjuntura política do Estado e examinando a atuação da Família Capiberibe.

Palavras-chave: parentesco, eleições, política e eleitorado.

RÉSUMÉ

La politique brésilienne a toujours été assistée par famille conservatrice élite qui détenue et contrôlée pouvoir. Cette relation entre les familles et l'alimentation fait partie des éléments qui caractérisent le patrimonialisme et colonels brésilienne. Amapá cette réalité n'a pas échappé à la règle, et fait partie de notre culture politique. La présence de familles traditionnelles en lice pour l'élection phénomène politique est connu dans l'histoire Amapá. C'est sur ce fait que notre étude se penchait, en essayant d'analyser les perceptions des électeurs au sujet de la participation de Capiberibe de la famille dans les élections de 2010. La question directrice de cette étude était la suivante: «Comment les électeurs observer et évaluer la participation aux élections de Capiberibe de la famille de 2010?». L'objectif de ce travail était de construire un exposé général sur une tendance populaire en comprenant le point de vue de l'électeur. Pour atteindre cet objectif, l'étude a utilisé des instruments de recherche et de travail de terrain bibliographique à partir des questionnaires dans le quartier « Perpétuel Secours ». Grâce à cette étude, il a été conclu que les électeurs observer et évaluer la participation de la famille dans les élections de 2010 Capiberibe assez négative, motivée par les circonstances politiques et sans croire à des candidats qui ont voté. La pertinence de ce travail réside dans la production de l'étude relative à l'interprétation du point de vue de l'électeur, concernant la situation politique de l'Etat et l'examen du rôle de la Capiberibe de la famille.

Mots-clés: parenté, élections, la politique, l'électorat.

1. INTRODUÇÃO

Os desafios da produção científica são pequenos comparados ao ímpeto de conseguir resultados que ajudem a compreender determinado fenômeno. E se tratando de fenômenos políticos, os desafios aumentam consideravelmente. Contudo, é necessário lançar mão de instrumentos e buscar conciliar as bases teóricas e os métodos científicos para atingir determinado fim. Neste universo tão complexo das práticas políticas torna-se cada vez mais importante desenvolver uma pesquisa que englobe teoria e prática. Neste sentido nada mais pertinente do que buscar na perspectiva dos sujeitos sociais as informações necessárias para a realização deste estudo.

É sobre este caminho que esta pesquisa se desenvolve cujo tema estudado é a percepção dos eleitores sobre a participação da Família Capiberibe nas eleições 2010. Desta forma, este trabalho visa construir um panorama demonstrativo sobre uma determinada tendência popular. Os personagens políticos envolvidos nesta realidade são os integrantes da Família Capiberibe em razão da sua longa trajetória política e da sua participação vitoriosa no pleito de 2010, no qual obteve resultados positivos perante as urnas. Para atender ao objetivo principal deste estudo, recorreremos aos eleitores do bairro Perpétuo Socorro, após levantamento dos dados eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. A intenção foi compreender a avaliação que os eleitores fazem a respeito da participação da Família Capiberibe nas Eleições de 2010. Os dados coletados deram subsídios para responder ao problema desta pesquisa: “Como os eleitores do bairro Perpétuo Socorro observam e avaliam a participação da Família Capiberibe nas eleições de 2010?”

Diante deste problema duas hipóteses foram levantadas:

a) primeira hipótese: Os eleitores observam e avaliam a participação da família Capiberibe na eleição de 2010 de forma “positiva”, em virtude da relação de fidelidade e empatia por parte dos seus eleitores, tendo em vista a experiência dos candidatos e o desenrolar dos fatos (operação mãos limpas) que favoreceram a família durante o pleito.

b) segunda hipótese: Os eleitores observam e avaliam a participação da família Capiberibe na eleição de 2010 de forma “negativa”. Apesar de ter investido o voto nos candidatos pesquisados, o eleitor considera a atuação política da família um fato “inevitável” que faz parte do quadro da política local.

A metodologia empregada nesta pesquisa utilizou instrumentos de pesquisa bibliográfica e do estudo de campo. A coleta de dados efetuou-se através de pesquisa de

campo de caráter quantitativo e qualitativo, realizada na área urbana de Macapá, especificamente no bairro Perpétuo Socorro com a aplicação de cento e quarenta (140) questionários a pessoas (eleitores que votaram nas eleições de 2010) escolhidas aleatoriamente com diferentes níveis de escolaridade, faixa-etária e sexo. As informações obtidas foram tabuladas e interpretadas buscando atingir os objetivos propostos.

O trabalho apresenta-se dividido em cinco etapas fundamentais:

- Contextualização histórica: breve incursão pela história política do Amapá, na qual são abordados os principais aspectos políticos, econômicos e sociais da organização do Amapá desde Território a transformação em Estado.

- Trajetória política dos Capiberibes: aborda os principais momentos políticos da família Capiberibe, do exílio ao retorno ao Amapá. E realiza uma discussão teórica sobre a relação entre parentesco (meio privado) e política (meio público), visando caracterizar a família enquanto grupo político e encerra realizando uma abordagem sobre a cultura política e o perfil do eleitorado amapaense;

- Eleição 2010 e seus desdobramentos: aborda o conceito de eleições e descreve os principais acontecimentos vivenciados pelos Capiberibes durante o pleito eleitoral de 2010.

- A perspectiva dos eleitores sobre a participação da Família Capiberibe na Eleição 2010: interpretação e demonstração dos resultados obtidos.

- Conclusões gerais: sintetiza os principais aspectos abordados no trabalho, finalizando a pesquisa com as considerações pertinentes ao conteúdo produzido.

Esta pesquisa apresenta-se como um instrumento de produção científica, através de um estudo focado na perspectiva do eleitorado, cuja importância reside no fato de desenvolver uma interpretação sobre o pensamento do eleitor acerca de um grupo familiar tradicional na política local, contribuindo desta maneira, para a elaboração de estudos voltados para as questões políticas e eleitorais, possibilitando um processo de reflexão sobre o pensar e o agir diante dos acontecimentos políticos.

2. UMA BREVE INCURSÃO PELA HISTÓRIA POLÍTICA DO AMAPÁ

Para se compreender a dinâmica de um fenômeno político é imprescindível que se analise o universo no qual está imerso o objeto de pesquisa. Tomando esta ideia como referência, nos debruçamos sobre a história política do Amapá, considerando que nesse pequeno espaço do Brasil a Família Capiberibe assentou suas bases políticas e se tornou um grupo com significativa representatividade. É necessário ressaltar que a história política do Amapá tem início séculos antes da sua conformação como Estado da Federação em 1988, porém, o recorte histórico utilizado aqui, serviu para viabilizar a pesquisa, no intento de analisar as principais transformações ocorridas nos âmbitos político e administrativo do Amapá, de Território Federal a Estado consolidado, a fim de conceber um estudo que compreenda a realidade política do Estado, a partir da fixação das bases democráticas.

2.1. Amapá: de Território Federal à consolidação como Estado

Ao ser criado o Território Federal do Amapá em 13 de Setembro de 1943 através do Decreto-lei nº 5.812¹, a situação dos habitantes dessa terra denotava extrema precariedade nos serviços básicos. De acordo com Santos (1993) esta época inexistia saneamento, o ensino era voltado apenas para a alfabetização, e a assistência médica funcionava precariamente. E apesar de ter um espaço geográfico calculado em 143.716 Km², era considerado inóspito, insalubre e isolado do resto do país, onde a maior parte dos habitantes vivia nos municípios de Mazagão, Macapá, Amapá, e nos lugarejos próximos, às margens dos rios e igarapés, onde enfrentavam as mais perversas situações de penúria.

A justificativa para a criação do Território Federal do Amapá era a de “garantir a proteção e a ocupação de regiões fronteiriças que apresentavam grandes vazios demográficos” (SILVA, 2007, p.3), tendo em vista que a fronteira entre Oiapoque e Guiana apresentava-se como a região mais despovoada do Brasil. A baixa taxa de povoamento e os riscos de ocupação estrangeira permitiram que fosse elaborado um plano de redivisão do país, que desencadeou na criação de novas unidades territoriais, consideradas pelo governo federal como regiões de defesa nacional, tendo que ficar sob a proteção da União.

¹ Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de Setembro de 1943, dispõe sobre a criação dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguazu, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, respectivamente.

Na perspectiva de Porto (2003), as causas da criação dos Territórios Federais devem-se: as questões geopolíticas, para viabilizar a extração mineral, pela proposta da Comissão Nacional de Redivisão Territorial na década de 1930, pelo discurso militar de defesa nacional e por interpretação jurídica. No caso do Amapá, tratava-se de levantar a potencialidade mineral da área e garantir sua exploração, sobretudo do manganês descoberto na Serra do Navio.

O Amapá está localizado na Amazônia Oriental, limitado ao norte pela Guiana Francesa e ao sul pelo Estado do Pará, é atravessado pela linha do Equador, e representa a principal fronteira setentrional do país. A sua localização geográfica explica a demarcação territorial, uma vez que estava subjacente a ideologia do governo varguista de “segurança nacional”. O interesse pela defesa nacional se deu em virtude da situação internacional na década de 40, pois, neste contexto eclodiu a Segunda Guerra Mundial, e o município do Amapá serviu de espaço estratégico para a construção de uma base aérea norte-americana, tendo como função o abastecimento dos seus aviões com destino aos continentes Africano e Europeu (PORTO, 2003, p. 115).

Até a década de 1940 as atividades econômicas do Território Federal eram divididas entre extrativismo vegetal (castanha, madeira, sementes oleaginosas, borracha) e mineral (ouro) e a pecuária (criação de gado). Após esta década, o Governo Federal criou diretrizes políticas e administrativas para a implantação de infraestruturas que subsidiassem o setor de extrativismo mineral, contribuindo para a estruturação da economia do Amapá e sua organização espacial.

As principais ações após a década de 40 para organizar o espaço amapaense foram: transferência da capital amapaense; criação dos municípios de Oiapoque e Calçoene; Decretação do manganês como Reserva Nacional; Contratação da Sociedade Indústria e Comércio de Minérios Ltda. para a exploração de jazidas de manganês; Criação da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA; Criação da Reserva do Tumucumaque; Criação de instituições responsáveis pela fiscalização e incrementação de projetos e captação de recursos naturais e humanos para o desenvolvimento local (SUDAM, IRDA, COPRAM, INCRA)². (PORTO, 2003, p. 215)

No que concerne à implantação da Indústria Comércio e Mineração (ICOMI), é interessante destacar que o Governo Federal, sob o comando do governo Dutra, estava com

²SUDAM- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; IRDA- Instituto Regional do Amapá; COPRAM- Companhia Progresso do Amapá; INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

forte inclinação para manter relações econômicas internacionais, abrindo-se para o capital estrangeiro, especificamente o norte americano, colocando a Amazônia à disposição das grandes multinacionais para a exploração de suas riquezas naturais, ao passo que em terras amapaenses, a prioridade era a exploração mineral.

A instalação da ICOMI desencadeou no Amapá um processo de investimento em infraestrutura, através da construção de estradas de ferro, portos, rodovias para escoação de matéria-prima e a construção da Hidrelétrica Coaracy Nunes. O Território enfrentou o crescimento demográfico, sendo este fato relativo à exploração de manganês que durou até a década de 80, recebendo outros empreendimentos e investimentos, tais como o Complexo do Jarí, a construção da BR-156; assim como a exploração de garimpos auríferos e a criação de novos municípios, processos esses que antecederam a sua estadualização.

A organização da estrutura jurídica e administrativa do Território Federal do Amapá era baseada nas diretrizes do Governo Federal, os gestores possuíam um poder delegativo. O primeiro governador indicado a assumir a administração do Amapá foi o Capitão Janary Gentil Nunes, marcando a gestão pública do Amapá com sua postura conservadora, autoritária e personalista.

2.1.1 Governo Janarista

Enquanto Território Federal, o Amapá foi governado durante os anos de 1944 a 1956 pelo Capitão Janary Gentil Nunes, nomeado em 21 de Setembro de 1943 pelo Presidente da República Getúlio Vargas através do Decreto-lei nº 3.839. Além de ter sido o primeiro, foi o político que mais tempo ficou no governo amapaense. As marcas de sua administração na trajetória política do Amapá são sentidas, sobretudo, em razão do seu trabalho realizado enquanto executor do projeto nacional que visava promover a integração das regiões fronteiriças e distantes ao centro do poder brasileiro.

Diante da realidade penosa e excludente na qual vivia a região amapaense, que acabava de se tornar Território, e “penalizada pela fragilidade do poder estatal até aquele instante” (SILVA, 2007, p.5) a inserção de uma representatividade política significou o advento de um novo período de melhorias na condição de vida dos habitantes do Amapá. O primeiro passo tomado por Janary Nunes foi promover a estruturação do poder, e modificar os aspectos físicos de Macapá, transformando-a em um verdadeiro canteiro de obras. Foram construídas escolas, hospitais, casas, praças, ruas, e através do remanejamento das

comunidades quilombolas, se deu a construção dos primeiros prédios públicos, dando forma ao centro do poder.

Durante a sua gestão os incentivos à economia se deram através da implantação de projetos agropecuários com a criação de pólos de produção como a Colônia do Matapi, e o Posto Agropecuário de Fazendinha, a construção da BR 156 integrando Macapá a Oiapoque, a implantação da Companhia de Água e Esgoto (CAESA) e da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Em sua gestão foi assinado o contrato que promoveu a inserção da empresa estrangeira ICOMI de exploração mineral no território do Amapá.

A sua atuação política no Amapá se deu de forma autocrática, mesclada a uma “retórica apologética, ufana e emotiva [...]” (SANTOS, 1998, p.34), a qual era utilizada para convencer o povo amapaense da importância do projeto do governo nacional em promover o progresso econômico e social do território através de suas ações conservadoras e pouco democráticas, impregnadas de personalismo, e inaugurando no Amapá uma tradição política baseada na devoção pelo representante político. Nesse contexto de transformações, a população amapaense encontrava-se ausente dos debates e desconhecia no poder público sua representatividade política. Essa situação facilitou a formação de um quadro político no Amapá alimentado por relações paternalistas, sentidas na inserção de funcionários públicos ligados diretamente ao governador Nunes em troca de fidelidade política.

Apesar de sua influencia, Janary Nunes enfrentou forte resistência política por parte do partido de oposição Partido Trabalhista Brasileiro³ o qual criticava ferrenhamente a forma conservadora e autoritária do seu governo. O PTB questionava a centralização do poder político existente no Amapá, a falta de debates envolvendo a população, o controle social através da imprensa. Esses embates envolvendo a oposição representaram a inserção de novos atores no painel político do Amapá.

A carreira política de Janary Nunes foi marcada por um governo de doze anos e duas vitórias para Deputado Federal, além de inserir membros de sua família na vida pública, através da promoção de seu irmão Coaracy Nunes para cargos eletivos. Mas o fim do Janarismo ocorreu em decorrência da derrota eleitoral para os seus opositores, como o professor Antonio Pontes, quando a figura de Nunes já estava desgastada e não representava liderança política como antes.

³A fundação do Diretório do PTB no Amapá ocorreu em 16 de Novembro de 1946, tendo entre seus fundadores Alfredo Távora Gonçalves (SILVA, 2007, p.7).

Em linhas gerais a administração política do Amapá passou por transformações obedecendo às mudanças ocorridas no contexto nacional. No período entre 1944 a 1964, foi governado por Amilcar da Silva Pereira (1956-1958), Pauxy Gentil Nunes (1958-1961), José Francisco de Moura Carvalho (Março a Setembro de 1961), Mario de Medeiros (Setembro a Outubro de 1961), Raul M. Valdez (1961 - 1962), Terêncio Furtado de Mendonça Porto (1962- 1963). Os governos militares, por sua vez, duraram vinte e um anos, tendo início com a posse de Luis Mendes da Silva (1964-1967), sendo sucedido por Ivanhoé Gonçalves Martins (1967-1972), José Lisboa Freire (1972-1974), Arthur de Azevedo Henning (1974-1979), Anníbal Barcellos (1979-1985).

Com o fim da Ditadura Militar o Estado foi administrado por governadores civis nomeados. Na época o então Presidente da República José Sarney nomeou Jorge Nova da Costa (1985-1990). Após a vitória, Fernando Collor de Melo, nomeia Doly Mendes Boucinha (abril a maio de 1990) e o último governador nomeado foi Gilton Pinto Garcia (maio a dezembro de 1990).

A partir do final da década de 1980, ocorreram intensas transformações nos âmbitos político, econômico e político-administrativos nos novos Estados, e o Amapá participou deste momento de transformações estruturais. No âmbito político houve a criação da Assembleia Legislativa e o aumento de vagas para os cargos de Senador da República e Deputados Federais, e o processo eleitoral foi ampliado, abrindo espaço para os outros níveis como o Municipal. No aspecto político-administrativo, o Amapá deixou de ser uma entidade subordinada às decisões do Governo Federal, passando a um novo formato de Estado autônomo.

No dia 5 de outubro de 1988, o Amapá deixou de ser Território Federal ganhando constitucionalmente autonomia e capacidade de se auto-organizar, podendo elaborar sua própria Constituição e escolher seus representantes executivos e legislativos (nos âmbitos estadual e federal). Este processo de transformação de Território em Estado se deu após a queda da Ditadura Militar e implantação do regime democrático, uma vez que o Brasil passava por uma fase de reorganização espacial, política, econômica e institucional. Somente em 1º de Janeiro de 1991 com a consolidação do regime democrático no país, o Estado do Amapá experimentou a posse de seu primeiro governador eleito diretamente.

2.1.2 Governo Barcellos

Neste contexto de transformações democráticas foi eleito o primeiro governador do Estado do Amapá, Anníbal Barcellos, assumindo o poder em janeiro de 1991 até dezembro de 1994. O “Comandante” Anníbal Barcellos, como ficou imortalizado no imaginário amapaense, teve longa e marcante atuação política no Amapá, desde o período territorial quando governou por seis anos. Nascido em 10 de Julho de 1918 na cidade de Campos, Rio de Janeiro, teve formação militar na Escola Naval, de onde adquiriu conhecimentos militares, que o influenciaram de maneira decisiva a sua vida política. Antes de desenvolver atividades políticas, foi diretor da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro e membro do Conselho de Administração da Eletrobrás.

O comandante apareceu no cenário político do Amapá quando foi nomeado para governar o Território, sendo designado pelo então Presidente da República João Figueiredo em 15 de Março de 1979. Durante seu governo no Território amapaense, desenvolveu planos para o setor agropecuário, trabalhou para ampliar o fornecimento de energia elétrica nas áreas rural e urbana; expandiu a construção das redes de ensino, construiu praças públicas, ampliou o sistema de transportes. Estas medidas obedeciam ao intuito de Anníbal Barcellos de preparar o Amapá para se transformar posteriormente em Estado.

Com a transformação do Amapá em Estado da Federação, houve a primeira eleição para governador em 1990, e neste processo eleitoral Annibal Barcellos foi eleito com 63,70% dos votos⁴. A administração de Anníbal Barcellos caracterizou-se pela centralização excessiva do executivo, na medida em que todos os serviços deveriam passar pela sua avaliação e autorização para serem executados. Além disto, desempenhava sua autoridade mesclando com atitudes paternalistas, ao passo que visitava as comunidades do interior ouvindo seus anseios; dava emprego no governo àqueles que lhe eram próximos, distribuía objetos como redes, mosquiteiros, instrumentos de trabalho, brinquedos, remédios e comida, ganhando desta forma a admiração e a lealdade de alguns setores da sociedade amapaense (MORAIS, 2005, p. 45).

O comandante Barcellos é considerado um dos políticos mais populares da história do Amapá. Durante sua vida pública protagonizou situações cômicas que lhe acarretaram a

⁴Dados do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP). Disponível em: < <http://www.tre-ap.jus.br> > Acesso em 23 de janeiro de 2013.

imagem de o “grande patrão”, como, por exemplo, ter pagado as contas de seus eleitores, e colocar à disposição os aviões do governo para auxiliar no tratamento de pessoas que necessitavam de atendimento médico, e emprestava dinheiro para os que não tinham condições financeiras para pagar um advogado (MORAIS, 2005, p.46).

Seu caráter “pragmático” lhe rendeu bons frutos, conquistando um eleitorado forte e fiel, a partir de seu jeito peculiar de tratar com os problemas da população, diagnosticando suas necessidades a partir de conversas com as pessoas em situações casuais, dispensando as formalidades dos relatórios oficiais do governo. O senhor do “boné azul”⁵ possuía um linguajar simples e um carisma que conquistava aqueles que lhe ouviam falar, seu espírito de liderança foi marcante em seu governo.

Entretanto, a eleição de Anníbal Barcellos em 1990 pode ser considerada um fato marcado por contrastes. Significou um evento com novo formato político e administrativo para o Estado recém-criado, baseado nas diretrizes democráticas através da participação popular, inaugurando no Amapá um período de transformações estruturais, surgiu um movimento político alicerçado pelo processo eleitoral legitimado pelo voto popular e, ao mesmo tempo, foram mantidas as características paternalistas, o uso dos mecanismos de controle da clientela e perseguições aos seus desafetos. Estes fatos são reflexos da estrutura social na qual o Amapá foi criado, onde o que prevaleceu foi o poder da autoridade política mesclada com a nova formatação democrática.

Annibal Barcellos deixou o governo do Estado no final do ano de 1994, após a vitória de seu desafeto político João Alberto Rodrigues Capiberibe do Partido Socialista Brasileiro (PSB), conhecido popularmente como “Capi”. Entretanto, a história política da Família Capiberibe não começou neste período, teve início durante os anos de chumbo do regime militar enfrentado pelo país na década de 60.

⁵A predileção de Anníbal Barcellos pelo boné azul se tornou uma marca de sua identidade política.

3. A TRAJETÓRIA POLÍTICA DA FAMÍLIA CAPIBERIBE

Este estudo está centrado na participação política da Família Capiberibe nas Eleições Gerais de 2010. Porém, é necessário esclarecer que abordamos, exclusivamente, a história e a relação política de apenas três sujeitos desta família: João Alberto Rodrigues Capiberibe, o Pai; Janete Maria Góes Capiberibe, a mãe; e Carlos Camilo Góes Capiberibe, o filho. A Família Capiberibe é composta por outros indivíduos, porém, os três membros citados acima possuem atualmente cargos políticos de expressiva representatividade no Estado do Amapá: Senador da República, Deputada Federal e Governador do Estado.

3.1 Da luta contra a Ditadura à consagração política no Amapá

João Alberto Rodrigues Capiberibe nasceu na cidade de Afuá, Município do Pará, no dia 6 de Maio de 1947. Mudou-se para a cidade de Macapá em 1953 na companhia de seus pais, José Freitas Capiberibe e Raimunda Rodrigues Capiberibe, fixando-se no bairro conhecido como Igarapé das Mulheres, e a partir daí iniciou seus estudos na escola pública da cidade (BARBOSA, 1997).

Janete Maria Góes Capiberibe nasceu no dia 12 de maio de 1949, no município do Amapá, filha de Lourival de Góes e Alzira Del Castillo Góes. Durante a infância residiu na cidade de Serra do Navio, onde os pais trabalhavam para a empresa mineradora ICOMI. Nos anos de 1960, Janete se deslocou para Macapá e, neste período conheceu João Capiberibe, no Instituto de Educação do Território do Amapá (IETA) onde ambos estudavam. (MARTINS, 2007).

O casal teve formação ideológica baseada nas concepções de esquerda da teoria marxista. Casaram-se em 1970, e no mesmo ano, foram presos pela ditadura militar. Foram membros do partido clandestino Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderado por Carlos Marighella⁶. Os dois foram levados para o Presídio São José, em Belém do Pará, porém, Janete por estar grávida, conseguiu liberdade vigiada, enquanto Capiberibe ficou preso durante um ano. João Capiberibe conseguiu fugir do hospital onde estava internado e, junto com Janete e a filha, partiu do Brasil. A família passou pela Bolívia e Peru, no entanto, neste período os

⁶Carlos Marighella foi um dos principais organizadores da resistência contra o regime militar a partir de 1964.

dois países enfrentaram a instauração de ditaduras militares, o que desencadeou na fuga da família para o Chile, Canadá e Moçambique. O exílio dos Capiberibes perduraria uma década.

Durante o exílio João e Janete trabalharam em comunidades agrícolas em Santiago, no Chile, onde nasceram os gêmeos Camilo e Luciana. Após o golpe militar em 1973 que derrubou o socialista Salvador Allende, a família fugiu em direção ao Canadá, quando pela primeira vez conseguiu obter a condição de asilados políticos. O casal deu prosseguimento na sua formação profissional, João se formou em Zootecnia e Janete cursou Ciências da Saúde e Língua Francesa⁷. Os últimos anos de exílio foram vividos em Moçambique, onde João Capiberibe foi convidado para auxiliar comunidades agrícolas.

Com a promulgação da Lei da Anistia em 1979, o casal retornou ao Brasil. Porém na volta a Macapá em 1980, foram hostilizados pelas autoridades do Território Federal, devido à postura contrária ao regime militar. Partiram novamente de Macapá para viver em Pernambuco, onde receberam o apoio político de Miguel Arraes. Em 1982, João Alberto Capiberibe filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e concorreu a uma vaga para Deputado Federal do Amapá, mas perdeu a eleição. Após esta derrota, a família Capiberibe mudou-se para o Acre em 1984, quando João Capiberibe foi convidado pelo ex-governador Nabor Júnior (Partido Movimento Democrático Brasileiro- PMDB) a assumir a Subsecretaria do Desenvolvimento Agrário do Vale do Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul.

A família retorna a Macapá em 1985, após Capiberibe receber o convite de Nova da Costa, então governador do Amapá, para assumir o cargo de Secretário da Agricultura. A experiência adquirida por Capiberibe com atividades rurais durante o exílio no Chile e em Moçambique, e depois no Acre lhe rendeu bons frutos através do apoio recebido pelas comunidades rurais no Amapá. Com a abertura política e a reorganização partidária, o casal Capiberibe deixou o PMDB, e fundou no Amapá em 1988 o Partido Socialista Brasileiro (PSB)⁸, pelo qual se candidataram e elegeram-se Prefeito e Vereadora.

Como prefeito da capital, João Capiberibe organizou conselhos populares em bairros e comunidades de Macapá, com objetivo de promover a participação popular nas decisões

⁷Janete Capiberibe atuou durante o exílio no Canadá como tradutora de Francês e Português e ajudante de Assistente Social. Em Moçambique e na África, trabalhou como Professora de Biologia.

⁸O casal Capiberibe tentou se filiar ao Partido dos Trabalhadores (PT), porém, a entrada foi rejeitada pela organização do partido. De acordo com o relato de Correa Neto em uma entrevista concedida no dia 05 de Fevereiro de 2013, o jornalista lembrou que: “[...] o Capiberibe tinha deixado o PMDB, e tentou entrar no PT, mas ele tentou entrar assim: “Eu entro, a Janete entra, entra o gato, o papagaio, etc.”. E nós dissemos não, porque se a Janete quisesse entrar ela deveria fazer um pedido individual, a mesma coisa deveria ser feita pela Raquel. Mas entrar assim, ou seja, abrir a porteira e colocar a boiada toda para dentro? Dissemos não, porque podia entrar boi doente”. Segundo o jornalista, o casal Capiberibe retornou do exílio com um projeto político familiar. Após a filiação negada pelo PT, o grupo Capiberibe organizou e fundou o Partido Socialista Brasileiro no Amapá.

administrativas em seu governo. Com esta ideia, João Capiberibe ganhou altos índices de popularidade. Neste período, o governo do Estado estava sob o comando de Annibal Barcellos, principal opositor político do casal Capiberibe. Esta rivalidade configurou o embate ideológico entre esquerda e direita no Amapá, perdurando por mais um mandato, quando os dois rivais, inverteram os cargos políticos. Desta vez, Capiberibe governador e Barcellos prefeito.

A carreira política de João Capiberibe possui a marca de dois mandatos como governador do Estado (1994 e 1998). Sua campanha eleitoral em 1994 teve como slogan “Tudo por nossa terra”. Durante a eleição, a disputa se estabeleceu entre a aliança de partidos de direita e partidos de esquerda, teve como vice Ildegardo Alencar, do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa aliança com partidos de esquerda fortaleceu sua campanha e a crença em um governo com uma proposta inovadora.

A vitória de Capiberibe se deu no segundo turno, quando conquistou 54,86% dos votos, contra 45,14% de Jonas Pinheiro Borges (PTB). No mesmo pleito Janete Capiberibe foi eleita Deputada Estadual com 2.632 votos, sendo reeleita em 1998. Em 2000, assumiu a Secretaria da Indústria, Comércio, Mineração e Ecoturismo do Estado do Amapá. Venceu a eleição de 2002 para o cargo de deputada federal, sendo a mais votada com 23.203 votos válidos. Em 2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e cassou os mandatos de João e Janete Capiberibe, acusados por compra de votos⁹.

No mesmo ano, Janete recuperou o mandato de deputada federal, sendo novamente a mais votada do Amapá, com 29. 547 votos, que representam 10,35% dos votos válidos para o cargo. Dentre as principais propostas de Janete Capiberibe estão: o reconhecimento da profissão das parteiras tradicionais e sua inclusão no Sistema Único de Saúde; criou a Lei 11.970/2009 que obriga instalar proteção no eixo e volante das embarcações com objetivo de coibir e erradicar os acidentes navais com escarpelamentos na Amazônia.

Durante o primeiro mandato de João Capiberibe, deu-se início ao processo de discussão para promover a elaboração de um programa de governo pautado na concepção de sustentabilidade ambiental, trazida como herança de sua experiência no Acre. Na sua campanha eleitoral estiveram coligados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Verde (PV) e Partido da Mobilização

⁹Disponível em:<<http://janetecapiberibe.com.br/biografia-janete.html>> Acesso em 17/05/2013.

Nacional (PMN) grupos de apoio que ajudaram a desenhar o primeiro esboço do que se tornaria o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) (MARTINS, 2007).

O novo programa buscava implantar uma nova perspectiva sobre desenvolvimento através da conservação do meio ambiente e valorização dos recursos do Amapá. Teve papel fundamental nesse processo de formatação e difusão do projeto do PDSA, a antropóloga Mary Helena Allegretti¹⁰. Ao assumir a Secretaria de Planejamento para instituir e viabilizar o PDSA, contou com assessoramento técnico e a ajuda de Elson Martins¹¹ para escrever as diretrizes do novo programa. Coube a Mary Allegretti organizar, estimular e treinar uma equipe para execução do novo trabalho (MARTINS, 2007).

De acordo com Chelala (2007, p. 226)¹² apesar do Estado do Amapá possuir boas condições para implantação do modelo de desenvolvimento sustentável, o programa enfrentou obstáculos para ser executado plenamente. Em linhas gerais a ação do PDSA apresentou bom desempenho na área social, no crescimento econômico, no desenvolvimento da cultura, na responsabilidade com as finanças públicas, na modernização da máquina estatal e na transparência da gestão pública. Porém, apesar de pregar a participação popular nas decisões do governo, essa medida não ocorreu de forma desejada, pois, os mecanismos empregados não foram eficientes, e por ter surgido como bandeira política do PSB, o programa sofreu com o preconceito de alguns setores da sociedade devido às divergências ideológicas existentes entre grupos políticos.

O PDSA foi um dos projetos políticos da carreira de João e Janete Capiberibe que lhes proporcionou notoriedade e reconhecimento popular. O programa foi projetado para servir como um novo modelo de desenvolvimento para o Amapá, porém, com a saída de Capiberibe do governo em 2002, o programa foi eliminado da gestão que o sucedeu. Waldez Góes (PDT)

¹⁰Mary Allegretti se tornou amiga e assessora de Chico Mendes ao fazer sua dissertação de mestrado em um seringa no Acre na década de 1980. Ganhou reconhecimento nacional e internacional ao traduzir as ideias revolucionárias do líder sindical para o mundo ambientalista.

¹¹Elson Martins tem um vínculo de amizade com João Capiberibe desde a juventude. É um conhecido jornalista acreano, conviveu com os líderes do movimento ambientalista no Acre, de onde adquiriu suas ideias de sustentabilidade, a qual ajudou na construção do PDSA.

¹²Segundo Chelala (2007) o desenvolvimento sustentável pressupõe várias dimensões: econômica, social, ambiental, cultural e política. Para efeito de estudo, analisou os principais avanços obtidos em cada uma dessas dimensões no Amapá, verificando ao mesmo tempo, os equívocos e insuficiências encontrados no processo de implantação e execução do PDSA.

assumiu o governo do estado e buscou extinguir as medidas governamentais instituídas durante a gestão de Capiberibe¹³.

Como reflexo do poder representativo do casal Capiberibe, conquistado durante duas décadas de participação em pleitos eleitorais no Amapá, ocorreu a inserção bem sucedida de seu filho Carlos Camilo Góes Capiberibe na política amapaense. Com formação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e pós-graduado em Ciências Políticas pela Universidade de Montreal, no Canadá, Camilo Capiberibe também foi presidente do centro acadêmico da PUC-Campinas. Filiado ao PSB há mais de dez anos, exerceu a função de secretário de Organização da Executiva Estadual do partido¹⁴.

A primeira eleição de Camilo Capiberibe aconteceu em 2006, quando foi eleito Deputado Estadual. Enquanto parlamentar foi presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. Nas eleições de 2008 candidatou-se à prefeitura de Macapá pela coligação Frente pela Mudança (PSB / PSOL / PMN). Chegou a ir para o segundo turno, obtendo 59.864 votos no total (33,07% dos votos válidos), porém, não foi eleito.

A trajetória política bem sucedida em campanhas eleitorais, fez com que a Família Capiberibe se tornasse um grupo tradicional na política e com expressiva influência sobre seus eleitores. Durante duas décadas presente no cenário político amapaense conquistou um eleitorado fiel; representa o núcleo de seu partido político, influenciando nas tomadas de decisões intrapartidárias. Podemos observar que a organização e o funcionamento do partido obedecem às suas diretrizes, pois, o seu poder é majoritário.

A família Capiberibe encontra-se em plena atuação política, seus principais integrantes exercem cargos expressivos, Capiberibe Senador, Janete Deputada Federal e Camilo Governador. E neste contexto, de que forma a família Capiberibe pode ser definida enquanto grupo político? Quais as características que a revestem? A realidade concreta da política local apresenta a existência de famílias atuando no contexto político-eleitoral, sendo estas, consideradas tradicionais, participando ao longo dos anos com poder majoritário nas disputas, obtendo resultados que denotam a força do laço parental na corrida pela conquista de eleitores. Neste sentido é fundamental compreender a relação existente entre parentesco e

¹³Durante a gestão de Waldez Góes, a expressão “Desenvolvimento Sustentável” foi expurgada do vocabulário oficial. Exemplo disso foi a substituição da denominação de um projeto de combate à pobreza (em parceria com a Bird), passando de “comunidades sustentáveis” para “comunidades duráveis” (CHELALA, 2007, p.226).

¹⁴Disponível em:<http://www.portaldoamapa.com.br/pagina.asp?id_pagina=79>. Acesso em 17/05/13.

poder político, e assim definir qual a classificação da família Capiberibe enquanto grupo político.

3.2 A relação entre parentesco e poder político: como caracterizar a Família Capiberibe?

A necessidade de se desenvolver uma discussão sobre essa temática reside na importância de se entender o processo de inserção de famílias na esfera do poder político e no meio público. Buscando desse modo, compreender a configuração da família Capiberibe enquanto grupo político com representatividade eleitoral.

O passado brasileiro nos possibilita construir um panorama acerca da existência de um fenômeno político cuja principal característica é a existência de famílias no poder. Este fato não é novidade para a Ciência Política, porém, foi necessário buscar referências que nos conduzisse a configuração da Família Capiberibe enquanto grupo político. Como classificar a Família Capiberibe? Será uma oligarquia aos moldes da República Velha? Ainda existem oligarquias no “Brasil Democrático”?

Não é novidade o fato de o Brasil ter sido dominado por elites políticas, e também não é novidade que estas elites na sua maioria eram formadas por detentores de poder econômico. Na década de 20, Oliveira Vianna (ENGLANDER, 2009) escreveu sobre a existência de clãs políticos espalhados pelo Brasil, dominando cada um à sua maneira as regiões que estavam sob o seu mando. A conjuntura política e socioeconômica propiciou esta formação clânica, uma vez que durante a República Velha o Brasil ainda era rural e a economia predominantemente agrária, fato que abriu caminho para a fixação do coronelismo e para a subordinação do homem do campo aos desmandos do coronel.

Ao discorrer sobre a existência de clãs políticos no Brasil, Oliveira Vianna enfatizou que este foi o grande motivo para o atraso brasileiro, uma vez que o país encontrava-se fragmentado e desorganizado politicamente, pois cada região tinha o seu “chefe do clã”. Para solucionar este problema Oliveira Vianna viu na intervenção do Estado o remédio para este mal, acreditando que um Estado forte e centralizador seria o único a ter condições de combater o poder clânico que se firmou no Brasil. Ao analisar a formação social brasileira, Vianna observou que o privatismo dos clãs rurais atrapalhava qualquer projeto de modernização da estrutura brasileira, pois durante séculos, desde a Colônia até a República, a

instituição que predominou no Brasil foi o grande domínio rural, onde cada clã concentrava suas forças para realizar seus interesses particulares (ENGLANDER, 2009).

A vida social no domínio rural foi marcada pelo domínio da vontade do “chefe do clã”, a “plebe rural” - trabalhadores livres, desorganizados, pobres e sem solidariedade de classe - eram subordinados ao proprietário de terras. O que existia neste contexto era a solidariedade de clãs, que consistia numa proteção por parte dos senhores donos de terra ao trabalhador pobre. Esta realidade vigorou devido à inexistência da ordem pública, o que o autor chamou de “anarquia branca”, uma vez que o poder estava concentrado nas mãos dos donos de terra, e não existiam direitos civis, formalizados e legitimados, a ordem do campo definia-se a partir da vontade do chefe do clã. O contrato social dos clãs baseava-se em acordos verbais e significava o código social de honra que garantia o seu cumprimento.

De acordo com Englander (2009) o projeto de transformação social de Oliveira Vianna consistia em promover a integração nacional através da tomada de poder por parte do Estado, tornando-o uma entidade corporativista e controladora, desenvolvendo as solidariedades nacionais e de classe, tendo o Estado Corporativista a função de disciplinar e educar o povo-massa, quebrando com a tradição oligárquica e o “espírito de clã”.

As elites conservadoras que estruturavam-se em torno de grandes líderes oligarcas marcaram a República brasileira. Em sua primeira fase (1889-1930) a república ficou conhecida como República Velha, ou “República dos Coronéis”, quando, por meio do federalismo, ocorreu a formação de sólidas oligarquias, apoiadas em partidos únicos estaduais (AGUIAR, 2009). Essa conjuntura econômica favoreceu ao surgimento do sistema coronelista, onde o locus do poder estava concentrado nas grandes áreas rurais do país.

De acordo com a análise clássica de Leal (1975, p. 20) o conceito de coronelismo pode ser entendido como o “[...] resultado da superposição de formas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada [...]”. O estudo empreendido por ele focou nas relações políticas alimentadas por compromissos e trocas assimétricas, que foram estabelecidas em uma estrutura política alicerçada por bases representativas, mescladas com um exorbitante poder privado, personificado na figura do coronel.

Na concepção de Leal (1975) o coronelismo foi um sistema político que serviu para fortalecer o poder público, uma vez que as trocas e compromissos atravessaram as fronteiras municipais, criando uma teia que ligava o coronel aos governadores estaduais e ao presidente da república. A função social do coronel consistia no arrebatamento de votos, através de seu prestígio ou com o uso legítimo da violência. As relações entre os poderes local, estadual e

nacional ocorriam através do entrelaçamento das esferas públicas e privadas, onde o Estado proveria os cargos públicos, o controle da polícia e o erário ao poder local; o coronel proveria votos para os líderes estaduais e melhorias públicas para o município e seus dependentes (AGUIAR, 2009, p.417).

Carvalho (1997) ao analisar o conceito de coronelismo se debruçou sobre o estudo realizado por Victor Nunes Leal para identificar o real significado do conceito de coronelismo e como funcionou na prática. Na sua visão o coronelismo foi um “sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e o coronel” (1997, p. 140), dando sustentação para as práticas políticas durante a primeira república. Segundo o autor o coronelismo é a fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo, afirmando que ele foi enterrado em 1937 com a implantação do Estado Novo.

O coronel figurava como indivíduo que possuía patente, tendo a possibilidade de comandar o município, se valendo do seu prestígio econômico e social para governar ao seu livre arbítrio. As patentes eram concedidas em alguns casos através de pagamentos, e possuíam alto valor social, o que proporcionava um prestígio máximo na região em que vivia. Na concepção de Janotti (1992) ao abordar a personificação do poder sobre o qual se apoia o coronel, considera o coronelismo um sistema político arraigado em práticas eleitorais, baseado em compromissos recíprocos.

O debate sobre a origem e a manutenção de famílias tradicionais na esfera política em diversas regiões brasileiras foi tratado por Holanda (apud PIMENTEL, 2010), chamando a atenção para:

o “espírito de fidalguia” presente nas elites rurais, cuja origem, está no assenhoreamento do território pela incapacidade do império controlar todo território nacional, fazendo emergir famílias com poder de mando ou com sentimentos de fidalguia que atribuíam a si próprias o caráter de cidadania e o ‘decoro aristocrático’ suficiente para controlar o poder público (HOLANDA apud PIMENTEL, 2010, p.4).

Segundo a visão de Graham (1997, p. 34) a realidade política do Brasil é fortemente marcada pela participação das famílias, e afirmou que “os conceitos de casa e família afetavam profundamente a natureza da política [...]”. Ressaltando que,

As famílias representavam importante fonte de capital político. Naturalmente, como em outros lugares, elas dedicavam-se a aumentar sua propriedade, e, ao longo de várias gerações sucessivas, famílias bem sucedidas acumulavam recursos significativos. Os vínculos que levavam homens a cargos oficiais e ao domínio local constituíam parte importante desses recursos e, através da política, famílias lutavam para preservá-los, muitas vezes contra outras famílias (GRAHAM, 1997, p. 35).

Graham (1997) nos remete a questão de que o poder político no Brasil iniciou e se mantém muito presente na esfera privada da família. O autor discute questões fundamentais para o entendimento acerca do funcionamento das lideranças políticas, o controle social das famílias no Brasil do século XIX, e deixou explícito que este fato sobreviveu ao passar do tempo, e continua existindo nos dias de hoje, apesar de muitas mudanças ocorridas e representam heranças do coronelismo.

De acordo com a análise de Kuznesof (1989) sobre as transformações ocorridas na estrutura da família brasileira entre os séculos XVIII e XX, a participação de clãs na estrutura política brasileira, denota a expansão dos laços familiares na política através de ligações clientelistas. Afirma ainda que o relacionamento entre clãs configurava-se por intermédio dos líderes familiares e seus parentes comerciantes, uma vez que através do desenvolvimento do comércio, modificaram-se os padrões de aliança entre os líderes de cada clã com a possibilidade de expandir seus negócios.

A autora verificou que o processo gradual de mudança desenvolvido pela família na estrutura política brasileira é um dos aspectos predominantes de sua importância dentro da instituição social. As famílias brasileiras de elite desenvolveram estratégias de relação de poder local, configuradas em posse de grande extensão de terras e casamentos consanguíneos, permitindo a construção de uma rede de poder que atuou nas comunidades através de favores e ajuda mútua (KUZNESOF, 1989).

Segundo Vilhena (2011, p. 38) a natureza da família pode ser compreendida como uma forma de organização que segue preceitos e ordenamentos políticos. Ao mesmo tempo, a estrutura familiar pode ser vista como um mecanismo de apreensão e conservação do poder através de um processo de transferência de elementos da organização privada para o meio público. Logo, percebe-se a grande importância concedida a essa instituição para a lógica de funcionamento e sustentação de parte das estruturas politizantes e condicionantes da sociedade. Em sua análise sobre a presença de famílias tradicionais politicamente em Macapá, considera que,

As famílias tradicionais possuem características que as legitimam, como: um histórico político de seus membros, o carisma dos que estão a sua frente, a capacidade de despertar confiança, admiração, respeito e fidelidade de seus seguidores. Elas possuem um número considerável de pessoas sobre sua proteção direta ou indireta (protegidos que agem como multiplicadores dos interesses da família em questão - algumas vezes em benefício próprio, devido ao grande poder que a família possui, outras, por entenderem como o melhor).

As famílias tradicionais politicamente possuem a capacidade de impor-se frente aos adversários políticos e com isso, barganhar e conquistar seu espaço no cenário público e são capazes de provocar certo receio ou temor em seus rivais. (VILHENA, 2011, p. 49)

A discussão sobre a relação intrínseca entre poder político e grupos familiares provocou exaustivas considerações. Ao abordarmos a conceituação de “clã” podemos considerar a definição de Durkheim ao dizer que “os clãs são formas mais ou menos orgânicas de associação entre indivíduos que compartilham um conjunto de crenças que têm precedência sobre as relações de parentesco” (apud PIMENTEL, 2010, p.5). Os clãs, além disto, se especializam em uma determinada atividade, criando fortes vínculos em um determinado território, construindo autoridade política na figura de um chefe.

Nossa pesquisa concentra-se na atuação da Família Capiberibe enquanto grupo político. Desta forma perante o cenário político local apresenta-se constituída por componentes primários de uma célula familiar: Pai, Mãe e Filho. João Capiberibe representa o poder máximo do grupo, ao seu lado está Janete Capiberibe, figurando na esfera pública como um modelo multifacetado de mulher, o filho Camilo Capiberibe foi projetado para prosseguir na carreira política e dar continuidade ao legado dos Capiberibes. A partir do conceito de clã e baseados nas considerações dos autores citados acima, podemos compreender que a forma de poder político da Família Capiberibe configura-se na categoria de “clã político”, uma vez que se enquadra nas características descritas.

A trajetória da Família Capiberibe denota a constituição de um modelo de grupo político alicerçado em laços de parentesco, conseguindo se estabelecer como um grupo de forte poder político e representativo no Estado do Amapá, através do inegável apoio das camadas populares. Poder este alimentado pela fidelidade de seus eleitores apaixonados e comprometidos com o seu legado político.

O que se observa no Amapá é a existência de uma estrutura social que permite a formação de grupos políticos alicerçados por laços de parentesco. Este fato evidencia a predominância de uma cultura política engendrada por relações de parentesco, na qual o poder é delegado por elites. E são estas elites familiares que promovem a organização e a representação dos partidos políticos no Estado, além de participarem como os difusores de novos atores políticos durante as eleições. Este quadro nos possibilita investir numa análise que busque compreender as causas e motivações para a sua existência. Para tanto recorreremos ao aprofundamento nas questões da cultura política brasileira para chegar às nossas peculiaridades locais, e desta forma conhecer o perfil do eleitor amapaense.

3.3 A cultura política e o perfil do eleitorado amapaense

De acordo com Borba (2005) um dos campos de análise mais desenvolvidos na ciência política contemporânea é a análise do comportamento eleitoral, sendo que diferentes autores têm proposto alternativas teórico-metodológicas para explicar a forma como os cidadãos se comportam perante os fenômenos do “mundo político” e, mais especificamente, como decidem seu voto. Em seu artigo, o autor faz um debate sobre a relação entre os conceitos de cultura política, ideologia e comportamento eleitoral, estabelecendo alguns padrões para a compreensão do chamado “eleitor brasileiro”.

Sobre cultura política, Borba (2005, p.148) ressalta que a preocupação com esta temática - como área de conhecimento da Ciência Política- se estabeleceu a partir dos estudos de Gabriel Almond e Sidney Verba¹⁵. Segundo Almond e Verba, (1989, apud BORBA, 2005) “O termo ‘cultura política’ refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública”, ou seja, o conceito de cultura política estava delimitado às atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos. Através desse conceito, os autores visavam chegar à caracterização daquilo que seria a cultura política de uma nação, definida como “[...] a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação” (ALMOND e VERBA, 1989 apud BORBA, 2005, p.149).

As possíveis relações estabelecidas entre a tipologia do eleitor brasileiro e os fenômenos da cultura política e da ideologia permitem investigar as causas do comportamento da grande maioria do eleitorado brasileiro, que decide seu voto, em grande parte, a partir de atributos pessoais do candidato, como a competência e a honestidade. Daí constatou que o comportamento do eleitor brasileiro é gerido pelo personalismo, os eleitores são guiados por atributos e imagens, uma vez que a causa para este fato encontra-se na história do país e no seu impacto na conformação dos principais aspectos da sua cultura política (BORBA, 2005, p.162).

O autor apontou para o impacto que as ideias tecnocráticas e autoritárias tiveram na configuração das estruturas do aparelho de Estado e da cultura política brasileira. Os dois

¹⁵Obra clássica chamada “**The civic culture: political attitudes and democracy in five countries**”(1989). No entanto, Borba esclareceu que isto não significa que a preocupação com a cultura política não estivesse presente nos estudos políticos anteriores a Almond & Verba, pois, no horizonte da política clássica desde os estudos de Platão, Aristóteles e Sócrates a preocupação com a capacidade política dos cidadãos e o seu papel na sociedade já estavam presentes. (BORBA, 2005, p. 148).

regimes autoritários ao longo da história republicana foram fortemente racionalizados e legitimados por argumentos de inspiração tecnocrática, fazendo com que a organização do aparelho de Estado fosse fortemente estruturada a partir dessas ideias, juntamente com a promoção de um forte desprestígio das instituições políticas constituintes da democracia, como o parlamento e os partidos políticos (BORBA, 2005, p. 163).

As consequências desses processos sobre estas instituições foram muitas, e dentre elas, Borba (2005, p.163) destacou [...] a estruturação de um sistema partidário extremamente fragmentado, instável, oligarquizado e extremamente frágil como mediador político entre a sociedade e o Estado [...]; da mesma forma como o poder legislativo caracterizou-se por uma permanente atrofia que, historicamente, colocou o poder executivo como o “todo poderoso”. Para concluir sua tese, ratifica afirmando que,

Estes fatos, juntamente com vários aspectos da estrutura econômica da sociedade brasileira, na qual uma boa parcela dos seus cidadãos não tem acesso às mínimas condições para sua subsistência, foram em grande parte responsáveis pela configuração do sistema de crenças políticas da sociedade. Deste modo, a conjugação de cidadãos pouco sofisticados com a constante difusão de ideologias antidemocráticas foi o elemento central da formação da cultura política brasileira, permitindo que o personalismo constituísse a base histórica de estruturação do comportamento eleitoral (BORBA, 2005, p.164).

Para Ribeiro (2008) a complexidade dos fenômenos políticos tem levado os estudiosos das ciências sociais a adotarem cada vez mais uma perspectiva multicausal em suas análises. Dentre os diversos fatores considerados como relevantes para a explicação desses processos contemporâneos, emergiu um conjunto de elementos culturais ou subjetivos com significativa importância para os estudos sobre política. Partindo desse pressuposto, o autor considera que é possível inferir que um conjunto de valores, sentimentos, avaliações e atitudes dos indivíduos que vivem sob um determinado sistema político são relevantes para a explicação dos fenômenos que nele ocorrem.

Assim, o autor evidencia que no âmbito dos estudos sobre a cultura política brasileira, o interesse por este tema vem desde os estudiosos clássicos como Oliveira Viana, Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, demonstrado que,

[...] nossa cultura política tem sido descrita como a combinação de elementos autoritários, hierárquicos e plebiscitários, herdados de nossa colonização ibérica, e componentes estatistas e antiliberais, que foram se estabelecendo em razão do longo processo de formação de nosso Estado. Nesta particular configuração de valores políticos a sociedade civil é recorrentemente vista como uma entidade amorfa e sem capacidade organizativa, enquanto o Estado aparece como dotado de significativa autonomia. (RIBEIRO, 2008, p.68).

Na perspectiva de Teresa Sales (1994 apud RIBEIRO, 2008), pesa sobre os brasileiros uma cultura política da dádiva que, a despeito de todas as mudanças em nossa estrutura política, manifesta um elevado poder de permanência, sendo que nem mesmo a abolição da escravatura, que prometia ser o instrumento de ruptura de uma configuração social onde o mando e obediência eram as vigas mestras, foi capaz de alterar as bases deste padrão cultural, que permaneceu vivo na forma do clientelismo e da patronagem no período republicano, onde podemos identificar que no Brasil uma relação tutelar entre o senhor provedor e o súdito subserviente tende a ser constantemente reeditada, ainda que os personagens centrais se alterem de tempos em tempos.

Na ótica de Carvalho (1999, p. 36) a população brasileira lança um olhar bastante pessimista sobre as instituições sociais existentes e também acerca de seu papel como ator político relevante. Estes indícios de baixa eficácia política subjetiva conduzem o autor à conclusão de que o brasileiro “[...] é a própria definição do não-cidadão, do súdito que sofre, conformado e alegre, as decisões do soberano [...]”.

O padrão de comportamento dos brasileiros denota que os indivíduos, diante dos dilemas que envolvem as ações coletivas, optam por se voltar para o interior das unidades familiares¹⁶, negando-se a manter todo e qualquer contato mais duradouro com elementos externos a esta esfera. Diante da falta de confiança mútua, acabam optando pela realização de seus interesses privados e imediatos, mesmo diante da possibilidade de lucrar muito mais aderindo a um projeto coletivo. Assim pode-se inferir que,

No Brasil, esta opção pelo privatismo é explicitada com o despontar de inúmeras iniciativas particulares, sobretudo no campo da segurança patrimonial. Incapazes de confiarem nos seus pares e também descrentes com relação à ação efetiva dos órgãos oficiais, cada vez mais os indivíduos têm lançado mão de expedientes autônomos que possam salvaguardar seus interesses e de sua família. (ELISA REIS, 1995 apud RIBEIRO, 2008).

No caso da cultura política do Amapá, podemos observar que pouco se diferencia do parâmetro nacional em alguns aspectos, uma vez que sua história política denota a influência de fatores exógenos¹⁷ na constituição de sua estrutura social. Segundo a concepção de Guedes (2008) ao analisar as bases de formação do pensamento político amapaense, identificou a

¹⁶De acordo com a autora Elisa Reis (1995), tal situação aproximaria o Brasil do sistema político descrito por Edward Banfield como “familismo amoral”, recorrente nas províncias do sul da Itália, onde o pesadelo hobbesiano da ausência total de cooperação é uma ameaça permanente. (RIBEIRO, 2008, p. 70).

¹⁷A construção do processo de ocupação e desenvolvimento do Amapá, assim como na Amazônia, obedeceu às diretrizes externas, definidas por grupos que não pertenciam à realidade local.

ausência de participação popular no processo político-eleitoral e a subestima da capacidade dos atores locais em construir a democracia no Estado, ao passo que a política local foi engendrada com uma feição assistencialista que retardou a efetiva emancipação política dos cidadãos.

A autora abordou questões relacionadas ao “colonialismo” praticado na Amazônia, através da instituição de políticas públicas exógenas. Quanto ao Amapá, remeteu estas ações externas à implantação do Território Federal, ficando o povo, desta forma, submisso às ordens do Governo Central. Na verdade a pertinência de sua análise reside na construção de um perfil para o eleitor amapaense, fato pouco explorado pelos estudiosos locais acerca da formação do pensamento político do “povo tucuju”. Seu estudo percorreu a história política do Amapá de Território Federal a Estado consolidado, evidenciando que aqui “[...] o caráter assistencialista, populista e pseudo-democrático das gestões de governo predominantes até 1988[...] exerceu um poder quase sobrenatural sobre os filhos-eleitores deste Torrão” (GUEDES, 2008, p.2).

Enquanto Território Federal, o Amapá “[...] viveu sob as decisões de fora para dentro, de cima para baixo e sem qualquer referência de identidade local, porque “o que é bom vem de fora [...]” (GUEDES, 2008, p.3). E esta situação desencadeou uma realidade social marcada pela dependência, a falta de autonomia e ausência de reflexão crítica, aspectos que agravaram e dificultaram a resolução de questões relacionadas ao exercício da cidadania, e neste aspecto, o ato de votar apresentou algumas restrições¹⁸.

Esta configuração social ocasionou o adiamento por parte do eleitor amapaense em conquistar sua maioria em autoestima, visando garantir a sua soberania, percebendo-se enquanto cidadão, refletindo, aceitando e assumindo sua identidade sociocultural, e reagindo em busca de seus direitos, principalmente, no que concerne ao poder de construir seu próprio destino. Apesar desta situação de passividade política percebida durante o período territorial, a transformação do Amapá em Estado, aspirava além de autonomia nos âmbitos estruturais e formais, a construção de um ambiente favorável para a organização da sociedade civil amapaense, através do posicionamento de lideranças locais voltadas aos interesses da coletividade.

¹⁸No que diz respeito ao aspecto eleitoral, os habitantes do ex-território do Amapá vivenciaram por anos uma relação de dependência onde as decisões mais importantes eram definidas no planalto central, pois, o voto do eleitor para o pleito majoritário estadual e municipal, nesta época inexistia. Esses impedimentos de votar retardaram o exercício de manifestações diretas sobre os problemas locais, impossibilitando assim, a socialização de reflexões críticas, necessárias à criação de instrumentos que mudassem a estrutura político-administrativa assentadas num projeto com a cara do povo do Amapá. (GUEDES, 2008, p. 3-4)

Porém, esta organização só foi possível aos indivíduos que usufruíam de alguma possibilidade de formação profissional. Por tal razão, Guedes (2008) lançou profícuos questionamentos:

Mas, e os demais, o povo, os simples “mortais” a engrossar o percentual de trabalhadores sem qualificação e educação superior garantida.... eleitores por voto de favor ou parentesco, amizade ou gratidão? Passou-se de “apadrinhados de honra” do Planalto Central para uma posição de “donos do próprio nariz” (de taboca e cara de índio) [...] Mas a pergunta que não quer calar: uma vez que a cultura, outrora permissiva, de “comandados”, “funcionários públicos do território”, “povo de vida boa”, tenha legado dificuldade de ativismo político, o que poderia ser feito dali pra frente? Dos anos 90 aos nossos dias o que mudou? [...] (GUEDES, 2008, p. 5)

O que se via neste contexto de Estado recém-criado, ainda na “incubadora”, foi a aumento do fluxo migratório, motivado pelo mito do enriquecimento nas regiões de garimpo, e depois com a implantação da Zona de Livre Comércio de Macapá. O outro lado da moeda, porém, se mostrou com a falta de infraestrutura para atender as necessidades básicas dos habitantes natos e dos imigrantes, além do inchaço populacional, saúde pública ineficiente, desqualificação profissional, e a contínua onda de delinquência e violência social. No âmbito político, os partidos tanto de esquerda como de direita, estavam concentrados na formação de seus líderes e membros, e na busca por aliados, ao passo que descuidaram da formação dos mesmos (GUEDES, 2008, p. 6).

No inconsciente dos eleitores amapaenses esta realidade não inspirava confiança sobre os rumos políticos de sua terra, principalmente, levando em consideração a sua condição de “[...] aculturados por uma cultura de conveniência e de favores políticos nos diversos momentos históricos do Amapá [...]”. E pior do que isso, em plena atualidade, ainda percebe-se que “[...] continuam a vagar sem forma definida, sem rumo ideológico e sem juízo coerente [...] sem referencial quanto a importância da decisão sobre quem votar para conduzir sua própria vida [...]” (GUEDES, 2008, p. 6).

O contexto de formação da estrutura social do Amapá (de Território a Estado) desencadeou a fixação de elites políticas e ao mesmo tempo configurou o perfil do eleitorado local. A política no Amapá possui os dois lados de uma mesma moeda: grupos sedentos por poder e eleitores buscando segurança através de um apadrinhamento, o que representa a vinculação política através da satisfação de interesses.

O jogo político inicia com a participação durante as eleições, momento da conquista, da aproximação direta entre eleitor e candidato. Este momento é permeado por questões complexas, de âmbitos pessoais, no qual o eleitor é o árbitro, e através do seu voto abre as

portas do poder para o candidato escolhido. Neste sentido, se faz necessário revisar os acontecimentos durante o pleito de 2010, e identificar os principais aspectos que marcaram a eleição vitoriosa da Família Capiberibe.

4. ELEIÇÕES 2010 E SEUS DESDOBRAMENTOS

Atentos a tal conjuntura marcadamente influenciada pela presença de lideranças familiares no painel político amapaense, direcionamos nosso estudo a questão eleitoral para construir um panorama acerca da participação da Família Capiberibe neste contexto - a partir da percepção do eleitorado - e para tanto recorreremos à análise de um pleito eleitoral específico que entrou para a história política do Amapá e da Família Capiberibe. Uma vez que a eleição de 2010 resultou na vitória dos Capiberibes para os cargos disputados e confirmou o seu poder eleitoral. Diante disto, nos debruçaremos sobre a eleição 2010 a fim de descrever a sua dinâmica e seus resultados, enfocando na participação e vitória dos Capiberibes.

4.1- O processo eleitoral em 2010: a dinâmica de uma eleição histórica no Amapá

A eleição política representa um dos momentos mais importantes para o cidadão, pois é o mecanismo que o possibilita exercer seu poder de decisão sobre os rumos de sua vida política. Sobre este aspecto, é fundamental compreender a dinâmica dos processos eleitorais, e como decorrem as ações empreendidas pelos candidatos durante os pleitos. Aqui será descrita e analisada a Eleição ocorrida no Amapá em 2010, focando especificamente na participação dos integrantes da Família Capiberibe.

Sobre o conceito de Eleição, Lungarzo (1989, p. 9) a define como “[...] o ato pelo qual uma pessoa, ou um grupo de pessoas escolhe outra (ou um conjunto de pessoas), para que seja seu representante em instituições ou atividades.”. Em sua obra explica os diferentes tipos de eleições existentes e as circunstâncias nas quais são utilizadas¹⁹, porém, o que nos interessa é o caráter político das eleições, ou seja, eleições de autoridades para cargos do poder executivo e representativo.

Sabe-se que no Brasil a ordem política é baseada na democracia de origem liberal. A democracia liberal organiza eleições, entendendo-as como um método que permite à sociedade tomar decisões públicas, isto é, manifestar a sua preferência entre os candidatos e suas propostas apresentadas. As eleições, no sentido liberal democrático, supõem: a existência de vários partidos políticos apresentando candidatos que estejam aptos para serem eleitos; a

¹⁹Lungarzo (1989) classificou as eleições em quatro tipos: a) Eleição em sociedades primitivas, geralmente utilizadas para a escolha de líderes guerreiros; b) Eleição por negociação; c) Eleição por aclamação e d) Eleição política.

realização de eleições sem coações e que todos os partidos possam concorrer de forma livre; Que entre os candidatos, os cidadãos encontrem algum programa que corresponda às suas expectativas e que as autoridades eleitas cumpram os pontos básicos propostos em suas campanhas. (LUNGARZO, 1989, p. 12).

Nos países democráticos, as eleições para autoridades (prefeitos, governadores, presidentes, legisladores, etc.) são realizadas por meio do voto. Quase todos os países democráticos permitem o voto de um amplo conjunto de cidadãos, marginalizando apenas os que por razões jurídicas são considerados incapazes de exercer conscientemente seu direito (LUNGARZO, 1989, p.23).

No Brasil durante séculos, a restrição do voto se dava baseada na questão econômica, instituída na forma do voto censitário, ou seja, levando em consideração a renda do indivíduo. Historicamente, as mulheres, os analfabetos e os negros estiveram excluídos do processo político-eleitoral brasileiro. Além da exclusão de determinados segmentos sociais, as fraudes eleitorais, o clientelismo, a patronagem e a instauração de regimes autoritários também representaram um grande entrave para o desenvolvimento da cidadania no Brasil.

No âmbito local, o Amapá teve uma experiência democrática tardia, vivenciada de forma plena somente após a sua transformação em Estado, quando pôde ter seus gestores escolhidos pelos eleitores nascidos no Amapá. Não obstante, foi possível organizar em terras “tucujus” pleitos eleitorais legítimos e com a participação do povo. Desta forma, desde a sua consolidação como Estado, o Amapá já passou por seis eleições estaduais²⁰, dentre estas, três foram vencidas por membros da Família Capiberibe.

O pleito de 2010 no Amapá, assim como a maioria dos eventos político - eleitorais já vivenciados no Estado, foi um momento marcado pela rivalidade entre os grupos políticos liderados pelos grandes representantes das famílias presentes no painel político amapaense. Os integrantes da Família Capiberibe neste contexto, vinham buscando se reerguer após a cassação do casal João e Janete em 2006, e da derrota de Camilo Capiberibe em 2008 na disputa contra Roberto Góes (PDT), no segundo turno pela prefeitura de Macapá.

A campanha eleitoral de 2010 teve início oficialmente em Agosto do mesmo ano, e a disputa se deu em torno dos principais cargos políticos no âmbito executivo e legislativo, como Presidente da República (âmbito nacional), Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. Neste período o governo do Estado do Amapá estava sob a gestão de

²⁰Eleições Estaduais (Governo): Annibal Barcellos (1990), João Capiberibe (1994 e 1998), Waldez Goés (2002 e 2006) e Camilo Capiberibe (2010).

Waldez Góes (PDT), que terminou seu mandato após oito anos no comando do executivo, para concorrer a uma das vagas para Senador. Neste pleito disputaram as vagas parlamentares, Gilvan Borges (PMDB), Randolfe Rodrigues (PSOL), Papaléo Paes (PSDB), Marcos Roberto (PT) e João Capiberibe (PSB). Na disputa para uma das vagas da Câmara Federal, Janete Capiberibe (PSB) concorreu com um número maior de candidatos, elegendo-se como a mais votada, ficando à frente de Vinicius Gurgel (PRTB), Dalva Figueiredo (PT), Fátima Pelaes (PMDB), Sebastião Rocha (PDT), Evandro Milhomem (PC do B), Luiz Carlos (PSDB) e Davi Alcolumbre (DEM), candidatos eleitos, preenchendo as oito vagas.

Para o governo, concorreram na eleição, Pedro Paulo Dias (PPR), Jorge Amanajás (PMDB), Lucas Barreto (PTB), Genival da Silva (PSTU), e Camilo Capiberibe (PSB). Os integrantes da família Capiberibe compõe a cúpula deliberativa do Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Amapá, estabelecendo uma aliança com o Partido dos Trabalhadores (PT), aliança essa que formou a “Frente Popular”, onde Camilo Capiberibe concorreu tendo como vice a integrante do PT Dora Nascimento.

Na campanha eleitoral o discurso político lançado naquele contexto baseava-se na legitimidade da carreira política do casal Capiberibe, cassados em 2006 por compra de votos, trabalhando com uma propaganda personalista, acentuando os benefícios proporcionados pelo casal durante suas atuações em mandatos anteriores, buscando ao mesmo tempo projetar esta tradição política a favor do filho, Camilo Capiberibe, como argumento de competência política transmitida de pais para filho.

Os integrantes da família Capiberibe não eram cotados como os candidatos mais fortes na eleição, em virtude dos acontecimentos negativos que os levaram a perder seus cargos em 2006, e Camilo Capiberibe apesar de ter conquistado o cargo de Deputado Estadual com o apoio dos pais, e ter chegado ao segundo turno na disputa pela prefeitura, não possuía o mesmo carisma e confiança dos eleitores, e isto enfraquecia na corrida eleitoral. Os ventos estavam a favor dos candidatos da chapa opositora aos Capiberibes, formada pelos candidatos Waldez Góes e Pedro Paulo, candidatos ao senado e governo, respectivamente. Teve papel fundamental neste contexto de enfrentamento e oposição aos Capiberibes, o candidato Gilvam Borges²¹, o qual trabalhou enfaticamente a questão da cassação e inelegibilidade do casal Capiberibe, tanto durante as eleições como após a vitória dos integrantes da família.

²¹Empossado como senador em 2006 após a cassação de “Capi”.

Diante das circunstâncias a vitória dos integrantes da Família Capiberibe²² aos cargos pleiteados não estava assegurada. Entretanto o jogo político sofreu alterações drásticas em seu percurso, ocasionando desdobramentos positivos para uns e negativos para outros. No dia 10 setembro de 2010 foi deflagrada pela Polícia Federal a “Operação Mãos Limpas”, uma ação conjunta entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal visando acabar com o esquema de corrupção que se manteve no estado do Amapá no período de 2002 a 2010.

As investigações contaram com o auxílio da Receita Federal, Controladoria Geral da União e do Banco Central, e revelaram indícios de um esquema de desvio de recursos da União em programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. A ação contou com a participação de 600 policiais federais, e 30 da Controladoria Geral da União, foram expedidos 18 mandatos de prisão, 87 mandados de condução coercitiva e 94 mandados de busca e apreensão expedidos pelo Superior Tribunal de Justiça, nos Estados do Amapá, Paraíba e São Paulo²³.

Durante a ação da Polícia Federal foram presos o então governador Pedro Paulo Dias, o ex-governador Waldez Góes, deputados, o presidente do Tribunal de Contas, empresários e servidores públicos, acusados de envolvimento no desvio de verba pública. As investigações revelaram um esquema de desvio de verbas públicas: recursos federais que ultrapassaram R\$ 800,00 milhões de reais. Os envolvidos foram indiciados pelas práticas de crimes de corrupção ativa e passiva, peculato, advocacia administrativa, ocultação de bens e valores, lavagem de dinheiro, fraude em licitações, tráfico de influência, formação de quadrilha, entre outros crimes. Foram identificados desvios de recursos no Tribunal de Contas do Estado do Amapá, na Assembleia Legislativa, na Prefeitura de Macapá, nas Secretarias de Estado de Justiça e Segurança Pública, de Saúde, de Inclusão e Mobilização Social, de Desporto e Lazer e no Instituto de Administração Penitenciária.

De acordo com Batista e Cunha (2012) o impacto causado pela “Operação Mãos Limpas” instalou uma crise social, econômica e política no Amapá, em razão do envolvimento de quase todas as esferas do poder público do Estado no esquema de corrupção

²² Apesar de cada um dos integrantes da família ter planos e objetivos específicos a suas áreas de atuação política, o vínculo de parentesco e a influência sobre os seus eleitores não se dissocia, e isto significa que, numa disputa a preferência dos eleitores pelos candidatos da família obedece à lógica de ligação parental mais do que a questão propriamente política.

²³ Dados extraídos do Jornal Tribuna do Amapá.

investigado. Na ótica dos autores, os efeitos foram sentidos nas urnas, observado a partir da súbita mudança ocorrida no curso do pleito de 2010. Quanto a isso os autores afirmam que,

“[...] se a Operação Mãos Limpas não tivesse ocorrido os contornos políticos atuais no Estado seriam outros, isto porque pesquisas realizadas antes da mesma revelavam que os indiciados na Operação Mãos Limpas seriam eleitos, e após a ação da Polícia Federal, os candidatos que lograram êxito foram os que não estavam envolvidos ou não foram indiciados no esquema de corrupção denunciado pela Operação Mãos Limpas.” (BATISTA; CUNHA, 2012, p. 63)

Em entrevista²⁴, Camilo Capiberibe relacionou a sua vitória aos desdobramentos ocorridos após a deflagração da “Operação Mãos Limpas”:

“O governador eleito do Amapá, Camilo Capiberibe, reconheceu que a crise política desencadeada pela Operação Mãos Limpas, da Polícia Federal, contribuiu muito para a sua eleição: “Essa operação serviu para desvendar à sociedade as razões que levaram à falta de remédios nos hospitais, de merenda nas escolas e a paralisação de obras. A população percebeu que o dinheiro dela estava sendo desviado”, disse. [...] Segundo Camilo Capiberibe, as revelações da Operação Mãos Limpas foram fundamentais para que a população optasse pela mudança. “Dois novos projetos de governo foram para o segundo turno e a população decidiu por aquele que parecia ser a verdadeira mudança. Por isso, essa operação teve papel fundamental no resultado da eleição”, acrescentou.”

No contexto político-eleitoral de 2010 no Amapá, o que se via era uma cortina de incertezas, tanto para os candidatos quanto para os eleitores, produzida por um cenário inundado por uma onda de escândalos de corrupção, a descrença nos atores políticos e nas instituições públicas, e a necessidade de investir o voto num projeto político confiável. Foi neste ambiente de instabilidade que os integrantes da família Capiberibe conseguiram se eleger, através de votos “desconfiados”, mas ao mesmo tempo carregados por uma esperança de mudança. É neste ponto específico que nossa pesquisa se detém: Como os eleitores observam e avaliam a participação da Família Capiberibe nas Eleições de 2010?

²⁴Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2010/amapa/ultimasnoticias/2010/11/01/capiberibe-diz-que-operacao-maos-limpas-foi-fundamental-para-sua-eleicao.jhtm>> Acesso em 18/ 04/2013.

5. A PERSPECTIVA DO ELEITORADO DO BAIRRO PERPÉTUO SOCORRO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA CAPIBERIBE NAS ELEIÇÕES DE 2010

O estudo empreendido busca interpretar o conhecimento do senso comum, ou seja, aquele produzido e adquirido pelos eleitores diante de um contexto vivenciado, - especificamente no ano de 2010 quando ocorreu o processo eleitoral- através do conhecimento científico. A intenção é compreender, por meio de um exame detalhado e específico, o conteúdo das respostas obtidas durante a coleta de campo sobre a participação da Família Capiberibe nas eleições de 2010.

A partir dos dados fornecidos pelo TRE-AP sobre as Eleições Gerais de 2010, a votação da Família Capiberibe foi contabilizada, e os bairros com o maior número de eleitores foram elencados para a escolha do lócus de pesquisa. O bairro Perpétuo Socorro foi escolhido de forma aleatória, obedecendo apenas o critério de bairro com número significativo de eleitores habilitados.

TABELA 1- Votação da Família Capiberibe nos Bairros de Macapá

VOTAÇÃO DA FAMÍLIA CAPIBERIBE NOS BAIRROS DE MACAPÁ				
BAIRROS	Nº DEELEITORES	CAMILO CAPIBERIBE	JANETE CAPIBERIBE	JOÃO CAPIBERIBE
Buritizal	19.657	6.306 votos (32,08 %)	2.120 votos (10,78%)	7.833 votos (39,85%)
Santa Rita	16.979	4.006 votos (23,74 %)	1.311 votos (6,87%)	4.917 votos (28,64%)
Centro	15.262	4.596votos (27,38%)	1.650 votos (10,01%)	5.845 votos (35,86%)
Perpétuo Socorro	14.023	3.803 votos (23,59%)	1.226 votos (7,72%)	4.670 votos (28,96%)
Beírol	12.871	3.524 votos (25,64%)	1.288 votos (10,14%)	4.616 votos (36,83%)
Trem	11.656	2.989 votos (28,91%)	1.022 votos (8,77%)	3.950 votos (33,89%)
Laguinho	8.088	2.338 votos (27,12%)	820 votos (8,74%)	2.979 votos (33,3%)
Muca	6.128	1.455 votos (30,11%)	421 votos (10,81%)	1.755 votos (38,3%)

Fonte: Contagem baseada nos dados do TRE-AP.

O Município de Macapá é dividido em duas zonas eleitorais, 2º e 10º zonas, possui 131 locais de votação, entre Bairros, Distritos e Localidades, o número total de eleitores corresponde a 253.303. Como é possível verificar no quadro acima, o Bairro Perpétuo Socorro em comparação com os demais bairros expostos, é o quarto em número de eleitores, e tem a mesma posição em relação ao número de votos para a Família Capiberibe. Como dito anteriormente, a sua escolha se deu de forma aleatória, levando em consideração o objetivo de construir um painel demonstrativo de uma tendência popular focada na perspectiva do eleitorado acerca da participação dos Capiberibes na Eleição 2010.

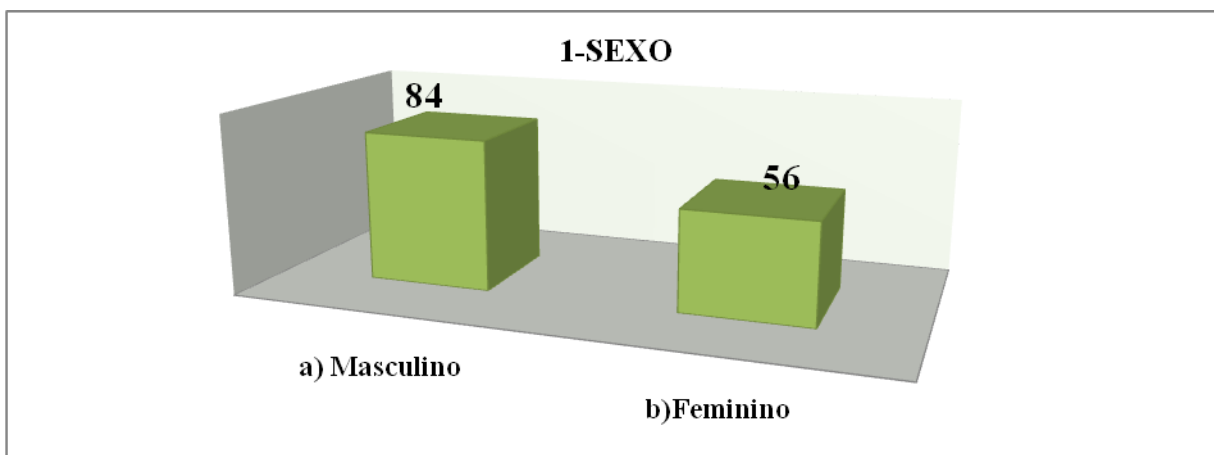
O eleitor, por sua vez, é o sujeito que pode oferecer subsídios através de sua perspectiva para a construção de uma análise sobre a presença de um grupo politicamente influente no Estado, pois é aquele que escolhe (vota), proporcionando a determinados indivíduos a elevação para a conquista do poder. O eleitor é mais do que um “ser votante”, carrega consigo o direito e o dever de decidir sobre os rumos da política do seu país, Estado ou município, e é aquele que pode responder às questões relacionadas à participação de grupos familiares na política local através de sua opinião (opiniões filtradas e analisadas criteriosamente, evitando influências pessoais e tendenciosas) sobre um determinado fato histórico no qual foi participante, como cidadão que pensa, decide e vota.

Os dados apresentados neste trabalho demonstram questões fundamentais para o entendimento sobre a perspectiva do eleitor a respeito de um dos aspectos mais peculiares da política local: a participação de uma família tradicional na política. Ao mesmo tempo é possível verificar o grau de entendimento da população sobre os aspectos que compõem este quadro político. Neste sentido, é necessário realizar inicialmente a apresentação dos dados sobre o perfil dos eleitores consultados para identificar as características que os revestem.

5.1 Sobre os dados socioeconômicos dos consultados na pesquisa

Os dados socioeconômicos são fundamentais para identificar quem são os indivíduos participantes da pesquisa. Eles revelam as principais características do perfil destes eleitores: sexo, idade, escolaridade, ocupação social. Isto possibilita a compreensão dos elementos que compõem o cenário pesquisado, através da caracterização dos consultados na pesquisa.

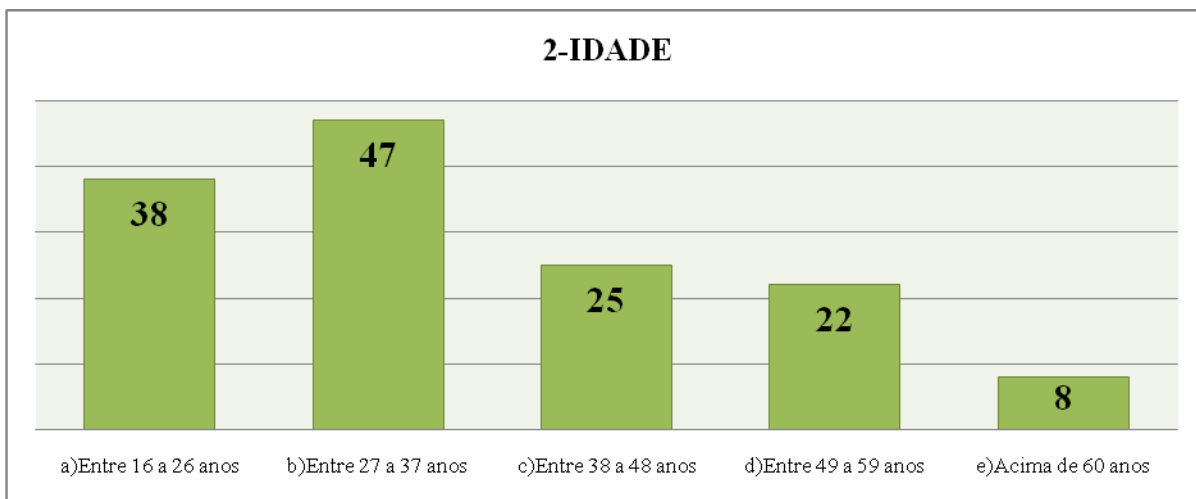
GRÁFICO1- Classificação dos eleitores do sexo masculino e feminino consultados na pesquisa - 2013.



Fonte: Pesquisa com eleitores do Bairro Perpétuo Socorro – 2013

Dos cento e quarenta indivíduos que aceitaram responder às perguntas do questionário, 84 eram do sexo masculino e 56 do sexo feminino, porém, a escolha foi feita aleatoriamente, sem a pretensão de construir um perfil baseado em questões de gênero.

GRÁFICO 2- Referente à faixa etária dos consultados da pesquisa- 2013



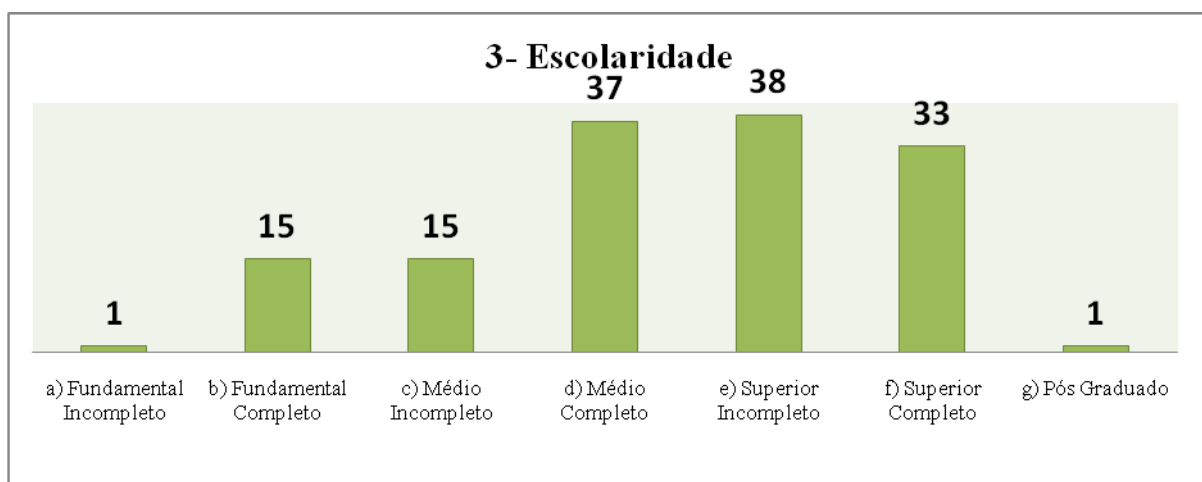
Fonte: Pesquisa com eleitores do Bairro Perpétuo Socorro – 2013

Identificar a idade dos consultados é necessário para compreender o grau de entendimento que o indivíduo possui sobre determinada questão, pois, quanto mais maduro for o indivíduo, supõe-se maior experiência e maturidade para produzir uma avaliação sobre a realidade na qual vive. Desta forma, ao somar os 47 eleitores “entre 27 e 37 anos”, os 25 “entre 38 e 48 anos” e os 22 “entre 49 e 59 anos” temos um número de 94 eleitores em fase

adulta, ou seja, é um conjunto de indivíduos que possuem grau de maturidade para refletir e analisar a conjuntura política da qual fazem parte.

Estes dados demonstram um índice de sujeitos capazes de formular opiniões baseadas em experiências vivenciadas no seu cotidiano. Estas experiências referem-se necessariamente às participações da Família Capiberibe em outros processos eleitorais, em que possivelmente foram observadores, uma vez que os Capiberibes têm uma trajetória longa na política amapaense. Por este motivo, concluímos que os eleitores participantes desta pesquisa possuíam idade suficiente para avaliar a participação dos Capiberibes de forma mais abrangente e reflexiva.

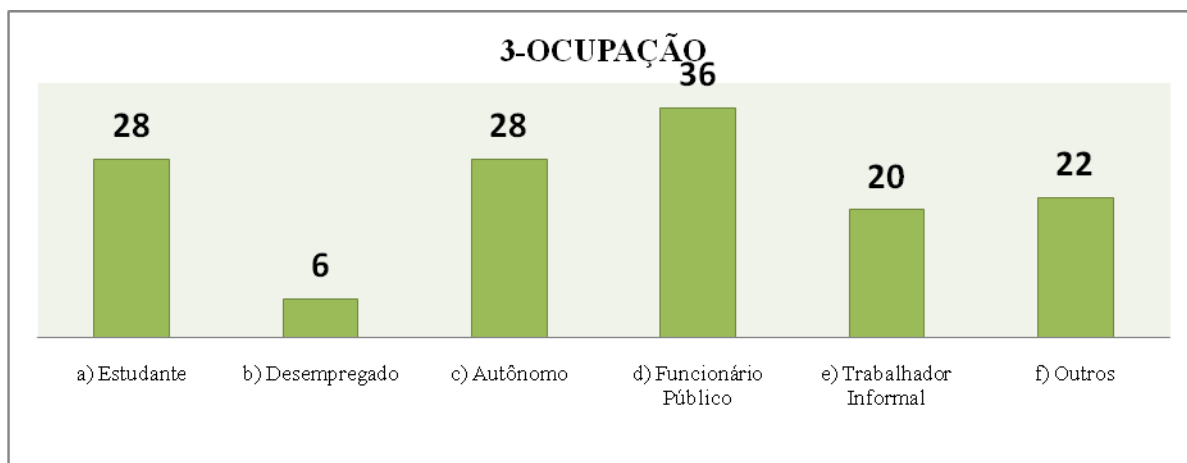
GRÁFICO 3- Referente ao nível de escolaridade dos consultados da pesquisa-2013.



Fonte: Pesquisa com eleitores do Bairro Perpétuo Socorro – 2013

Os dados sobre o grau de escolaridade dos consultados apontam que existe um considerável número de indivíduos que concluíram a Educação Básica e ingressaram no Ensino Superior ou que concluíram a graduação. Somando-se os 37 que concluíram o Ensino Médio, os 38 que tem nível superior incompleto e os 33 que se graduaram, temos 108 indivíduos com nível de escolaridade entre médio e superior. Isto denota que os indivíduos participantes da pesquisa dispunham de elementos educacionais para promover uma avaliação reflexiva em virtude da sua formação escolar. Podemos pressupor que estes, possuíam habilidades para formular uma análise crítica sobre a questão colocada. Estes dados podem ajudara desmistificar a ideia de que os eleitores não possuem conhecimento suficiente para escolher seus governantes, quando na verdade, os entrevistados apresentaram bom nível de formação.

GRÁFICO 4- Referente à ocupação dos consultados da pesquisa- 2013



Fonte: Pesquisa com eleitores do Bairro Perpétuo Socorro – 2013

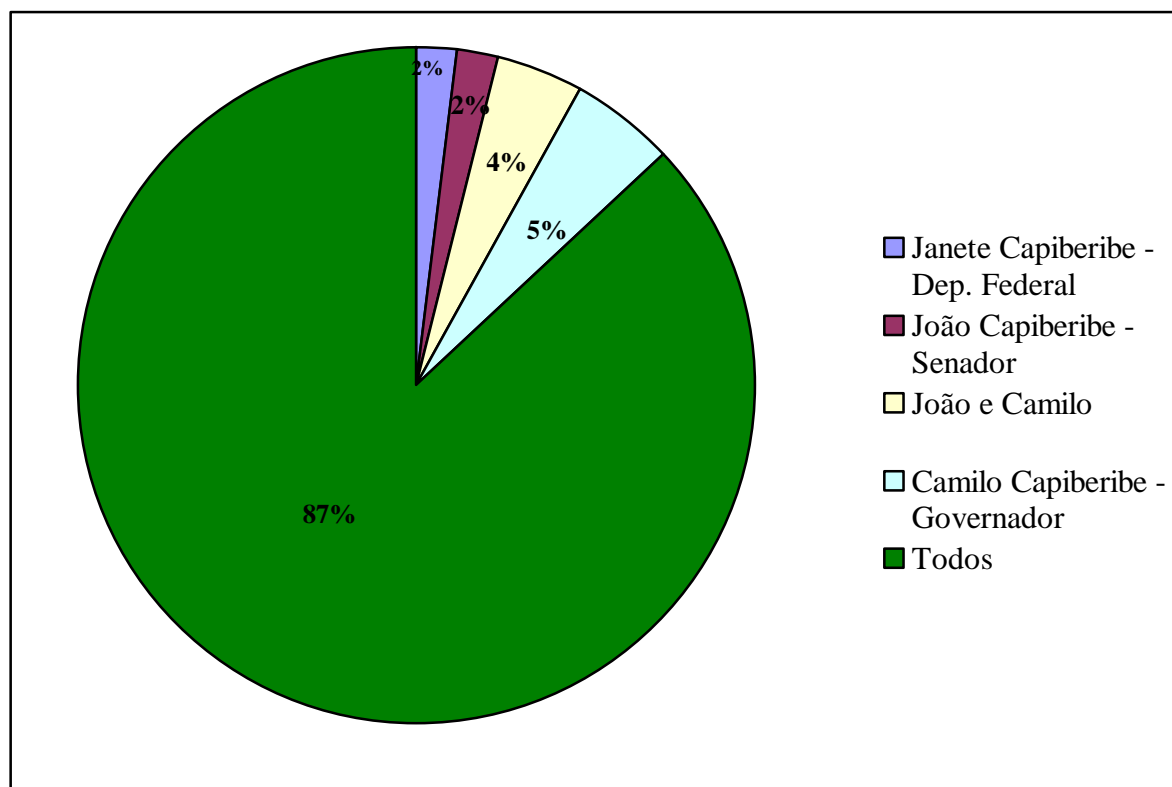
Os dados sobre a ocupação dos sujeitos consultados na pesquisa demonstram que há um quadro de variação nas atividades desempenhadas pelos eleitores. Trinta e seis eleitores se identificaram como “funcionários públicos”. Vinte e oito eleitores afirmaram serem “autônomos”. Os que marcaram serem “estudantes” atingiu o número de vinte e oito eleitores. A categoria “trabalhadores informais” foi marcada por vinte eleitores. Sobre a categoria “outros” (correspondente a atividades no comércio, instituições privadas, etc.) contabilizamos vinte e dois eleitores. O menor número foi aquele que correspondia à categoria “desempregado”, somando apenas seis eleitores.

Considerando a conclusão da leitura sobre os dados socioeconômicos coletados no bairro Perpétuo Socorro, passamos a fase fundamental da pesquisa, quando são analisadas as questões referentes à perspectiva do eleitor sobre a participação política dos Capiberibes nas Eleições de 2010.

5.2 Sobre a perspectiva do eleitorado acerca da participação dos Capiberibes na eleição 2010

Após o preenchimento das respostas direcionadas aos dados socioeconômicos dos inqueridos, foram feitas quatro perguntas específicas sobre a participação dos integrantes da Família Capiberibe nas eleições 2010. A primeira pergunta buscava saber se o consultado tinha votado nos integrantes da Família Capiberibe, e se a resposta fosse Sim, o consultado deveria responder em quais deles votou.

GRÁFICO 5- Você votou nos integrantes da Família Capiberibe nas Eleições de 2010? Em quais?

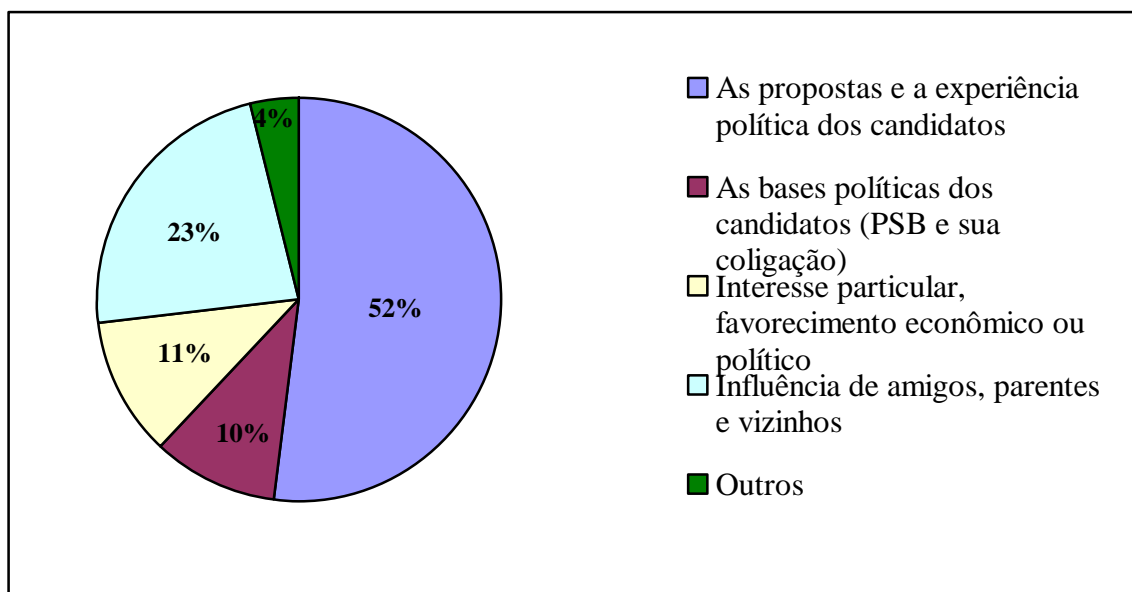


Fonte: Pesquisa com eleitores do bairro Perpétuo Socorro-2013

De todos os cento e quarenta eleitores consultados, 87% dos consultados responderam que votaram em TODOS os integrantes da família Capiberibe (isso corresponde ao 1º Turno das eleições 2010), ou seja, votaram no candidato a Senador João Capiberibe (pai), na candidata a Deputada Federal Janete Capiberibe (mãe) e no candidato a governador do Estado Camilo Capiberibe (filho). Os outros consultados dividiram-se entre: os que votaram apenas em João Capiberibe, (2%); aqueles que votaram apenas em Janete Capiberibe, (2%); aqueles que votaram em João e Camilo Capiberibe, (4%), e aqueles que votaram apenas em Camilo Capiberibe, (5%). O grande percentual (87%) de eleitores que votaram em TODOS os integrantes da família Capiberibe denota a inclinação pela escolha baseada no parentesco como fator predominante. Isto significa que o eleitor não dissocia a questão familiar da questão política.

A segunda pergunta buscava saber quais os principais motivos que levaram o eleitor a votar nos integrantes da família Capiberibe. O questionário ofereceu cinco opções de respostas, e o consultado deveria marcar aquela que tinha haver com a motivação do seu voto.

GRÁFICO 6- Quais foram os principais motivos que o levaram a definir seu voto pelos integrantes da Família Capiberibe?



Fonte: Pesquisa com eleitores do bairro Perpétuo Socorro-2013

Os dados apontam que 52% votaram levando em consideração as propostas e a experiência política dos candidatos da família Capiberibe. A segunda alternativa mais indicada pelos eleitores foi a escolha motivada pela influência de amigos, parentes e vizinhos, 23%. A alternativa sobre interesse particular, favorecimento econômico ou político foi marcada por 11%. As bases políticas dos candidatos, ou seja, o seu partido PSB e sua coligação foi considerada por 10% dos eleitores. Uma margem de 6% de eleitores afirmaram possuir outros motivos para votar nos Capiberibes, entre estes, alguns citaram possuir “empatia e admiração pessoal” pelos candidatos.

Estes dados podem ser cruzados e evidenciar alguns pontos fundamentais para compreender as motivações dos eleitores ao votar nos integrantes da família Capiberibe:

- Apesar de 52% (o que equivale à maioria dos consultados) dos eleitores afirmarem que votaram levando em consideração as propostas (perspectiva voltada para o futuro) e a experiência dos candidatos (visão que se volta para o passado político dos candidatos), e 10% terem afirmado votar em razão das bases políticas dos candidatos (PSB e coligação), o que representa uma inclinação favorável aos grupos apoiadores (Partido dos Trabalhadores - PT), é necessário considerar o elevado percentual de eleitores que afirmaram ter votado por interesse particular, econômico ou político e influência de amigos, parentes e vizinhos.

- Somando-se os 23% correspondente à opção influência, os 11% daqueles que afirmaram votar por algum tipo de interesse, e os 4 % da alternativa “outros” (empatia e admiração pessoal), temos o percentual de 38% de eleitores que votaram motivados por questões que possivelmente se relacionam à cultura do patrimonialismo, clientelismo e do personalismo enraizados na política brasileira, encontradas com grande força em terras tucujus.

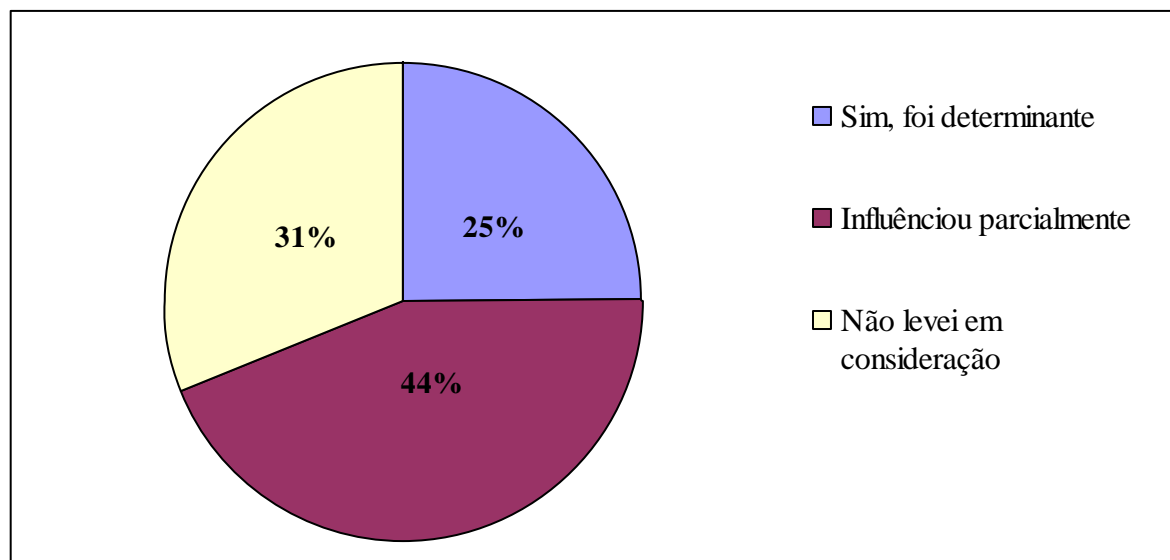
Na perspectiva de Leal (1975, p. 39) os favores pessoais de toda ordem compõem a estrutura municipal, para favorecer amigos, o chefe local resvala, muitas vezes para a zona confusa que medeia o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora. O coronelismo do qual Leal discorreu, pode ser percebido em Macapá através de diversos elementos referentes a esta prática, percebidos através de:

(...) população dependente economicamente do setor público (economia de contracheque), isolamento geográfico e econômico, pouca representatividade no cenário político nacional, dificuldade no acesso as informações (repassadas de acordo com interesses de determinados grupos). Este cenário ajuda a explicar o porquê do desenvolvimento de determinadas práticas como o mandonismo, clientelismo, entre várias outras, comumente encontrados na política macapaense. (VILHENA, 2010, p. 63).

A terceira pergunta dizia respeito ao fato envolvendo escândalos de corrupção investigados e que desencadeou a “Operação Mãos Limpas”: “Você se lembra da crise política envolvendo esquemas de corrupção em 2010 chamada “Operação Mãos Limpas”? Esta pergunta estava subdividida em duas questões, apresentadas abaixo através das respostas coletas e tabuladas. O objetivo destas perguntas era identificar se o eleitor estabeleceu alguma relação entre este fato específico a sua escolha pelos Capiberibes na eleição de 2010. Assim como, através da segunda pergunta identificar se o mesmo eleitor concebeu este acontecimento como uma vantagem ou não aos Capiberibes durante o processo eleitoral.

GRÁFICO 7-

a) Você se lembra da crise política envolvendo esquemas de corrupção em 2010 chamada “Operação Mãos Limpas”? Este fato influenciou na sua escolha pelos candidatos da Família Capiberibe?



Fonte: Pesquisa com eleitores do bairro Perpétuo Socorro-2013

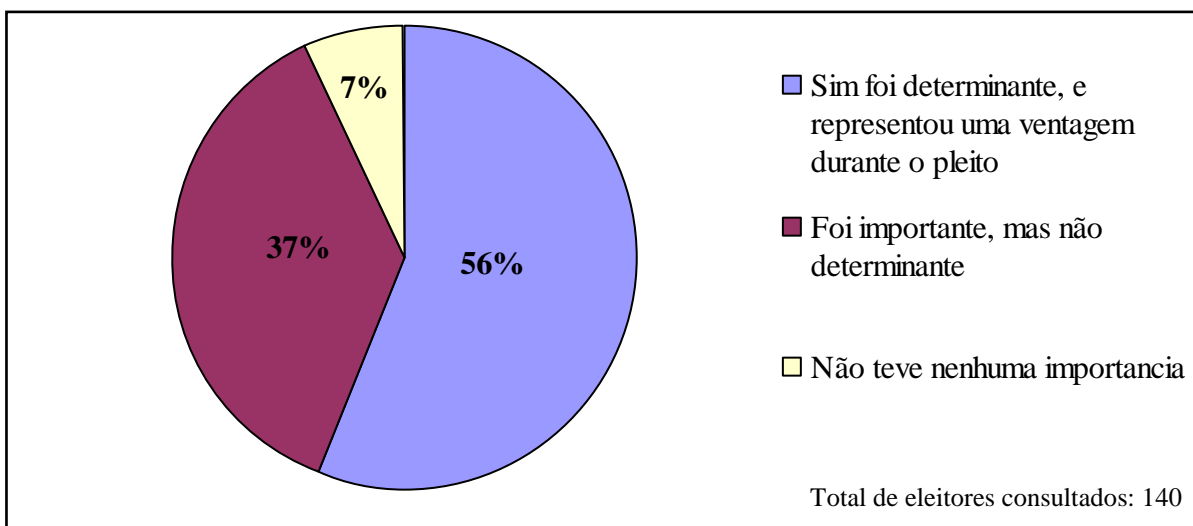
De acordo com 25% dos consultados o desencadeamento da Operação Mãos Limpas durante o pleito 2010 foi determinante para a escolha dos integrantes da família Capiberibe. Porém, a maioria dos consultados, 44%, responderam terem sido influenciados parcialmente pelo acontecimento. Entre os consultados, 31% responderam não ter levado em consideração o fato no momento do voto.

Fazendo o cruzamento dos dados podemos identificar que somando os 25% dos consultados que afirmaram ter decidido o seu voto pelos Capiberibes determinados pelos desdobramentos da Operação Mãos Limpas e os 44% que responderam terem sido influenciados parcialmente (total de 69 %) pelo acontecimento político, podemos constatar que os consultados levaram em consideração ao votar as circunstâncias políticas do momento, conjugando com outros fatores, como os que remetem as propostas e experiência, interesses, influências de terceiros, e admiração pessoal.

A segunda pergunta sobre a relação entre a deflagração da “Operação Mãos Limpas” e votação dos integrantes da família Capiberibe, visava identificar se na perspectiva dos consultados este fato influenciou no resultado final da votação para os Capiberibes em 2010.

Vale lembrar que este acontecimento entrou como questão na pesquisa em virtude dos desdobramentos que ocorreram no pleito após a sua deflagração. Portanto, o julgamento que os eleitores fazem sobre ela é fundamental para a compreensão sobre os resultados da eleição.

GRÁFICO 7 – b) Você acredita que este fato influenciou nos resultados da votação dos Capiberibes na Eleição em 2010?



Fonte: Pesquisa com eleitores do bairro Perpétuo Socorro-2013

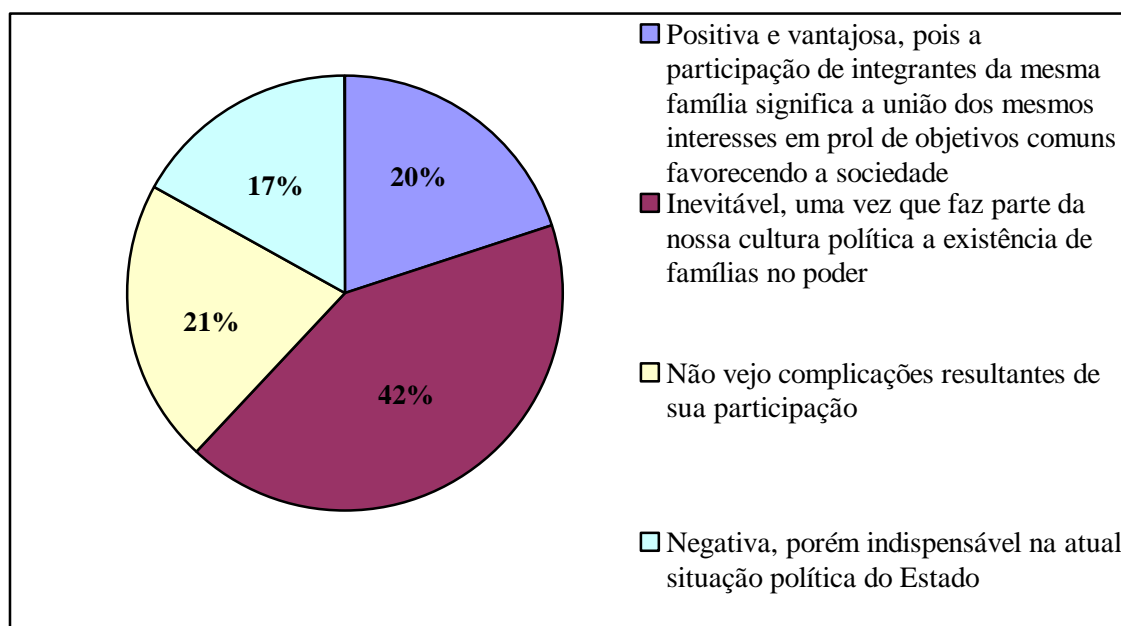
Como exposto no gráfico acima, 56% dos consultados responderam acreditar que a operação mãos limpas foi determinante, representando uma vantagem durante o pleito. Entre os eleitores, 37% afirmaram que este fato foi importante, porém, não determinou o resultado da eleição. Ao contrário destes, apenas 7% responderam que não acreditam que este acontecimento tenha representado alguma vantagem a favor dos Capiberibes.

Ao cruzarmos os dados referentes aos 37% de eleitores que consideram o fato um evento importante, porém, não determinante dos resultados eleitorais, e os 7% que não acreditam que este fato representou vantagens aos Capiberibes, temos 44% de eleitores. Uma margem elevada e que quase se equipara aos dados sobre a afirmativa que considera a Operação Mãos Limpas um fator determinante para os resultados da Eleição em 2010, o que nos sugere um equilíbrio sobre a perspectiva dos eleitores.

Sintetizando os resultados das duas perguntas direcionadas aos eleitores (a primeira sobre a perspectiva individual e a segunda referente à perspectiva sobre o geral), constatamos que na perspectiva da maioria dos eleitores, o desencadeamento da Operação mãos Limpas propiciou aos candidatos da Família Capiberibe a obtenção de vantagens, a partir do processo

de diferenciação entre os candidatos “corruptos” e “investigados” daqueles “limpos”, e dentro deste contexto, os Capiberibes estavam presentes como candidatos “corretos”.

GRÁFICO 8 - De que forma você observa e avalia a participação dos integrantes da Família Capiberibe no pleito de 2010?



Fonte: Pesquisa com eleitores do bairro Perpétuo Socorro-2013

A última pergunta do questionário representava o problema da pesquisa, pois, buscava captar a perspectiva do eleitor sobre a sua forma de observar e avaliar a participação dos Capiberibes na eleição 2010. Esta pergunta oferecia ao consultado quatro opções de resposta. A maior parte dos consultados, 42%, respondeu que avalia a participação dos Capiberibes como “inevitável, uma vez que faz parte de nossa cultura política a existência de famílias no poder”. A opção “não vejo complicações resultantes de sua participação” representa a avaliação de 21%. Aqueles que veem a participação como “positiva e vantajosa, pois, a participação de integrantes da mesma família significa a união dos mesmos interesses em prol de objetivos comuns favorecendo a sociedade.” foi considerada por 20% dos consultados. Entre os consultados 17% responderam que observam a participação de forma “negativa, porém, indispensável na atual situação política do Estado”.

Através destes dados podemos constatar que:

- A afirmativa “positiva e vantajosa” expressa o real sentimento de crença na participação de uma família na política, e que isto é uma característica favorável e provedora

de possíveis benefícios à sociedade. Já a afirmativa daqueles que “não veem complicações” pressupõe a falta de interesse pelo assunto e a indisponibilidade de refletir sobre a questão. Ao somar o percentual de consultados que afirmaram avaliar a participação de forma “positiva e vantajosa” (20%) e aqueles que “não veem complicações” (21%) temos um percentual de 41% de eleitores que avaliam a participação dos Capiberibes no pleito de 2010, demonstrando possuírem um sentimento e uma percepção que denota apoio (direto e indireto) aos Capiberibes.

- Quanto aos consultados que afirmaram avaliar a participação dos Capiberibes como “Inevitável, uma vez que faz parte da nossa cultura política a existência de famílias no poder” (42%) e aqueles que optaram pela afirmativa “Negativa, porém, indispensável, na atual situação política do Estado” (17%), temos um percentual de 59% de consultados que expressam avaliar a participação dos Capiberibes como um fato revestido pelas circunstâncias políticas, sem necessariamente possuírem sentimentos de apoio ou fidelidade, e sim como uma realidade que não é positiva, porém, difícil de mudar, o qual se confirma que aspectos culturais são determinantes dos aspectos políticos do nosso Estado.

Desta maneira, se torna possível considerar que existe uma situação de conflitos de ideias sobre a questão, e ao mesmo tempo isto representa um paradoxo, haja vista que os 59% de eleitores (a maioria dos consultados) que julgam a participação dos Capiberibes como “inevitável” e “negativa” são indivíduos que investiram seus votos nestes políticos sem acreditarem que isso seria positivo e relevante para a sociedade. Isto denota que há um sentimento de insatisfação mesclado ao comodismo e a descrença na política por parte do eleitor, ou seja, ele escolhe, mas não acredita em quem vota.

Nas entrelinhas podemos captar informações relevantes sobre a questão discutida, pois, o que interessa nesta pesquisa não é o número de eleitores que afirmaram uma ou outra questão, e sim o cruzamento destas informações para captar a relação existente entre o “pensar” e o “fazer” do eleitor, porque a vitória dos Capiberibes nas eleições de 2010 é um fato, mas o que isso significa na perspectiva do eleitor através de suas respostas é o ponto central desta pesquisa. Portanto, foi possível através deste estudo extrair um conjunto de informações que demonstram uma tendência na qual o eleitor escolhe, ou seja, investe seu voto (e aqui os indivíduos votados são os Capiberibes), sem confiarem ou acreditarem em quem estão votando.

5.3 Conclusões sobre a pesquisa

A configuração da política amapaense expressa o predomínio de grupos familiares na regência do poder. As características de nossa organização política carregam fortes influências de aspectos culturais alicerçados por relações patrimonialistas, construídas a partir do processo de estruturação de práticas envolvendo o meio público e o privado. Foi sobre esta estrutura que famílias fixaram-se criando uma rede de seguidores, promovendo as bases das relações políticas em nosso Estado.

Sabe-se que existem diferentes grupos políticos atuando no Amapá, todos revestidos pela capa colorida de seu partido, no entanto, o que se sobressai no jogo político é o sobrenome da Família em detrimento do partido do qual faz parte. Neste contexto, algumas famílias com histórico político reconhecido pelo povo figuram na esfera pública como verdadeiros clãs. Na maioria das vezes o clã possui um representante, o grande patriarca, e ao seu lado caminham esposa e filhos, todos projetados para darem continuidade ao legado do clã, e assim se manterem na órbita do poder.

Desta forma, a participação da família Capiberibe na política não pode ser compreendida sem levar em consideração a estrutura na qual está inserida. E por esta razão, abordamos no primeiro capítulo deste trabalho a história política do Estado do Amapá, desde sua antiga formatação como ex- território até a sua transformação em Estado, visando analisar os principais aspectos envolvidos neste processo de transição para uma estrutura democrática e autônoma. Realizada esta contextualização, no segundo capítulo, partimos para a fase de descrição dos principais momentos da carreira política dos Capiberibes, com o intuito de demonstrar como se firmaram na política.

A consagração da Família Capiberibe como grupo político pode ser vista como fruto da relação bem sucedida entre política e parentesco, ao passo que esta é uma das heranças do nosso passado arcaico e patriarcalista que sobreviveu ao passar dos anos, moldando-se a nova fase da política democrática no Brasil. Após uma análise geral sobre a relação entre política e parentesco, investimos na análise sobre a cultura política dentro e fora do Estado do Amapá, para desta maneira compreender os elementos que delinearão o perfil do eleitor amapaense.

Deste panorama, direcionamos o terceiro capítulo deste trabalho a um momento histórico da política no Amapá, a Eleição de 2010. Este foi o recorte temporal de nossa pesquisa, em razão da Família Capiberibe ter obtido êxito nesta eleição, logrando a vitória após os desdobramentos de um escândalo político envolvendo os seus principais opositores

políticos. O contexto político-eleitoral de 2010 foi marcado por escândalos envolvendo candidatos tidos como os mais fortes, o que acarretou um processo de descrença nos atores políticos e nas instituições públicas, e ao mesmo tempo provocou nos eleitores a necessidade de investir o voto num projeto político confiável e seguro. Este cenário de instabilidade foi propício para que a Família Capiberibe deslanchasse na campanha. E foi a partir desta conjuntura que nossa pesquisa se desenvolveu.

A perspectiva do eleitor foi o fio condutor desta pesquisa, e partir da interpretação feita sobre ela, foi possível compreender um conjunto de opiniões -antes fragmentadas- que expressam sentimentos e percepções sobre um quadro existente na política local. Sobre este contexto, observamos que a Família Capiberibe assumiu um papel relevante como detentora de poder político participando de processos eleitorais. E por sua tradição política, conquistou seguidores fieis e adversários, que a cada disputa eleitoral afinam seus instrumentos de enfrentamento político como se fosse uma verdadeira guerra.

O eleitor é o observador e avaliador dos fatos, de uma forma específica, considerando as paixões, o ódio, a fidelidade, as conveniências e controvérsias políticas, mas ele continua sendo o sujeito que analisa e escolhe os indivíduos que vão lhe representar, e isto significa em uma palavra, poder. Portanto, fomos atrás do conhecimento do senso comum para construir um estudo científico que pudesse estabelecer os contornos de uma tendência popular, onde o que se investiga em linhas gerais é a relação entre o pensar e o agir do eleitor, e nesta órbita circula os integrantes da Família Capiberibe, uma vez que representam o povo através de seus cargos.

Sobre os resultados da pesquisa, podemos concluir que:

- Há uma inclinação do eleitor pela escolha baseada no parentesco como fator predominante, este não dissocia a questão familiar da questão política;

- Os eleitores são motivados por questões relacionadas à cultura do patrimonialismo, clientelismo e do personalismo;

- Com a ocorrência de determinados fatos (“Operação Mãos Limpas”), o eleitor é influenciado (quando vota) pelas circunstâncias e tende a generalizar uma situação a partir de sua própria perspectiva.

- O eleitor investe seu voto sem acreditar em quem vota. E neste prisma, constatamos que na perspectiva do eleitor do bairro Perpétuo Socorro a participação dos Capiberibes na eleição de 2010 foi um fato com atenuantes negativos, porém, influenciados pela necessidade de investir o voto em algo “seguro” e “limpo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a discussão desenvolvida durante este trabalho fundamentou-se na realidade concreta da política local, tendo como um dos aspectos mais relevantes, a predominância de famílias no universo político-eleitoral. Dentre estas famílias, destacou-se a Família Capiberibe, em razão da sua longa experiência na política, desde a militância nos anos 60 (casal Capiberibe) até a mais recente vitória nas urnas em 2010, onde pai, mãe e filho elegeram-se para representar o povo amapaense.

Entre tantas disputas eleitorais, desde a primeira candidatura no final dos anos 80, os Capiberibes veem construindo uma rede de seguidores fiéis e ao mesmo tempo conquistando “inimigos” poderosos. Desta longa lista de participações eleitorais, selecionamos a eleição de 2010 (contexto histórico) para a realização da pesquisa, onde foram analisados de forma breve os acontecimentos e as peculiaridades ocorridos durante este pleito.

A base desta pesquisa foi dada pelo eleitor através de suas opiniões expressas nas respostas afirmadas durante a coleta de dados. E a partir da interpretação destas respostas, conseguimos solucionar o problema que desencadeou a pesquisa (Como os eleitores observam e avaliam a participação da Família Capiberibe na Eleição de 2010?).

Tivemos duas hipóteses norteadoras que ofereceram luz sobre o caminho percorrido:

- a) primeira hipótese: Na avaliação dos eleitores, a participação da família Capiberibe na eleição de 2010 foi considerada “positiva”, em virtude da relação de fidelidade e empatia por parte dos seus eleitores, tendo em vista a experiência dos candidatos e o desenrolar dos fatos (Operação mãos limpas) que favoreceram a família durante o pleito.

- b) segunda hipótese: Na avaliação dos eleitores, a participação da família Capiberibe na eleição de 2010 foi considerada “negativa”, pois, apesar de ter investido o voto nos candidatos pesquisados, o eleitor considera a atuação de família na política um fato “inevitável” que faz parte do quadro da política local.

Desta maneira pode-se concluir que os eleitores do bairro Perpétuo Socorro ajudaram a construir um quadro que demonstra uma tendência na qual o eleitor é levado a votar influenciado pelas circunstâncias, ao invés de ponderar questões relevantes ao seu futuro, dispõem-se a considerar apenas fatores práticos da política, como rivalidades, interesses pessoais, etc. Ao passo que decide seu voto relacionando família e política (contexto local), e não possui confiança em quem vota, pois, não acredita na relevância do papel do “político” enquanto agente público.

Esta pesquisa é um pequeno esboço sobre um universo amplo que envolve questões como, política, poder, parentesco, processos eleitorais, porém, buscou captar informações que pudessem construir um panorama demonstrativo sobre o pensar e o agir do eleitor amapaense. Espera-se que este objetivo tenha sido alcançado e que este trabalho sirva como instrumento de reflexão e análise sobre as práticas políticas envolvendo atores locais, e que novos olhares sejam lançados ajudando a desenvolver estudos sobre questões relacionadas à política do Estado do Amapá, produzindo conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento dos estudos sociais e políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, João Henrique Catraio Monteiro. **60 anos de “Coronelismo, enxada e voto”: A contribuição da obra e do autor.** *Vox Juris*, Rio de Janeiro. Ano 2, v. 2, n. 1, pág. 415-418, 2009.

BARBOSA, Coaracy Sobreira. **Personagens Ilustres do Amapá. 130 biografias que ajudaram a construir o Amapá.** Associação Amapaense de Escritores. Secretaria de Estado da Administração. Amapá, 1997.

BATISTA, Luís Miranda; CUNHA, Cleidilene da S. R. da. **Operação Mãos Limpas: uma análise ética.** *Estação Científica (UNIFAP)*. Macapá, v. 2, n. 1, p. 55-68, jan./jun., 2012

BLOG JANETE CAPIBERIBE. Disponível em: <<http://janetecapiberibe.com.br/biografia-janete.html>> Acesso em 17/05/2013.

BORBA, Julian. **Cultura Política, Ideologia e Comportamento Eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro.** *Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 147-168.

CARVALHO, José Murilo. **Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: Uma discussão conceitual.** In. *Revista de Ciências Sociais. Dados*, vol. 40, nº 2. Rio de Janeiro, 1998.

_____. O motivo endêmico no imaginário social brasileiro. In.: PANDOLFI, D.C. *et al.* (orgs). **Cidadania, justiça e violência.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CHELALA, Charles Achcar. **O desenvolvimento sustentável em diferentes práticas.** In. Ruellan, Alain *et al.* (orgs). **Desenvolvimento sustentável no Amapá: uma visão crítica.** Brasília: Fundação Mangabeira, 2007.

ENGLANDER, Alexander David Anton Couto. **O pensamento social de Oliveira Vianna e a cidadania no Brasil- de 1920 ao fim da década de 1940.** *Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais. IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v.7, n.2.5-23. 2009. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br> Acesso em 29 de Dezembro de 2012.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GUEDES, Fátima Lucia Carrera. **O perfil do eleitor amapaense**. Artigo publicado na revista eletrônica PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP. N. 1 dez 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 8ª Edição, São Paulo. Brasiliense, 1992.

JORNAL TRIBUNA AMAPAENSE, ano V, nº 257, Macapá-AP/Junho 2011. 8.p

KUZNESSOF, Elizabeth Anne. **A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social. (São Paulo, 1700-1980)** In: Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol.9, nº17. Set. 1988/1989.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2 Ed. São Paulo. Alfa-Ômega, 1975.

LUNGARZO, Carlos. **O que são Eleições**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1989.

MARTINS, Elson. **Análise de uma trajetória**. In. Ruellan, Alain *et al.* (orgs). **Desenvolvimento sustentável no Amapá: uma visão crítica**. Brasília: Fundação Mangabeira, 2007.

MORAIS, Rubens. **Governadores do Amapá**. Editora Gráfica. Amapá, 2005.

PIMENTEL, Vanuccio. **Feliz Deserto? Clãs Políticos e Predação em Alagoas**. II Seminário Nacional Sociologia e Política. UFPR. 2010

PORTAL DO AMAPÁ. Disponível em <http://www.portaldoamapa.com.br/pagina.asp?id_pagina=79>. Acesso em 17/05/13.

PORTO, Jadson. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais - 1943 a 2000**. Macapá: SETEC, 2003. Tese de Doutorado

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Valores Pós-materialistas e Cultura política no Brasil**. UFPR. Curitiba, 2008. Tese de Doutorado.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo-1943 a1970**. Macapá. Editora Gráfica, 1998.

SILVA, Maura Leal da. **Ontogênese da nação as margens do território nacional: O projeto Janarista Territorial para o Amapá(1944-1956).**Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2007.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ. Disponível em <<http://www.tre-ap.jus.br>> Acesso em 23 de Janeiro de 2013.

VILHENA, Jean Carlos Ferreira. **Pelos olhos do povo: uma análise sobre a presença de famílias tradicionais politicamente ou com poder político, no processo eleitoral de 2008 no município de Macapá.** Trabalho de Conclusão de Curso. UNIFAP, 2011.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E EDUCAÇÃO
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Acadêmica: Erlani Raquel da Cruz Favacho
Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Eliane Superti

Este formulário é um instrumento de pesquisa científica, cuja finalidade é coletar informações referentes à percepção do eleitor do bairro Perpétuo Socorro acerca da participação política dos membros da Família Capiberibe e sua representatividade nas Eleições Gerais de 2010.

FORMULÁRIO DE PESQUISA

DADOS SÓCIOECONÔMICOS

1-Idade: () Entre 16 a 26 anos () Entre 27 a 37 anos () Entre 38 a 48 ano

() Entre 39 a 49 anos () Entre 50 a 59 () Acima de 60 anos

2-Sexo: () Feminino () Masculino

3-Escolaridade: () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto () Médio completo () Superior incompleto () Superior completo () Pós Graduado

4- Ocupação: () Estudante () Desempregado () Autônomo () Funcionário Público

() Trabalhador Informal Outros _____

SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA CAPIBERIBE NAS ELEIÇÕES 2010

5-Você votou nos integrantes da Família Capiberibenas Eleições de 2010?

() Sim, em quais? () Não votei em nenhum

() João Capiberibe-Senador

() Janete Capiberibe–Dep. Federal

() Camilo Capiberibe-Governador

6-Quais foram os principais motivos que o levaram a definir seu voto pelos integrantes da Família Capiberibe? Pode marcar mais de uma alternativa.

- As propostas e a experiência política dos candidatos.
- As bases políticas dos candidatos. (PSB e sua coligação).
- Interesse particular, favorecimento econômico ou político.
- Influência de amigos, parentes, vizinhos.
- outros. Quais?.....

7- Você se lembra da crise política envolvendo esquemas de corrupção em 2010 chamada “Operação Mãos Limpas”? Se a resposta for sim, responda as perguntas seguintes: Sim Não

a) Este fato influenciou na sua escolha pelos candidatos da Família Capiberibe?

- Sim, foi determinante Influenciou parcialmente Não levei em consideração

b) Você acredita que este fato influenciou nos resultados da votação dos Capiberibes na Eleição em 2010?

- Sim, foi determinante, representou uma vantagem durante o pleito.
- Foi importante, mas não determinante
- Não teve nenhuma importância

8- De que forma você observa e avalia a participação dos integrantes da Família Capiberibe no pleito de 2010?

- Positiva e vantajosa, pois a participação de integrantes da mesma família significa a união dos mesmos interesses em prol de objetivos comuns favorecendo a sociedade.
- Inevitável, uma vez que faz parte de nossa cultura política a existência de famílias no poder.
- Não vejo complicações resultantes de sua participação.
- Negativa, porém indispensável na atual situação política do Estado.

Suas respostas são fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada pela atenção e paciência ao responder as perguntas deste formulário.